



UNIVALI

**UNIVERSIDADE
DO VALE DO ITAJAÍ**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

ÁUREA REGINA CARDOSO

**CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO NAS PERSPECTIVAS DOS PLANOS DE
GESTÃO ESCOLAR - 2024-2027 DA COORDENADORIA REGIONAL DE
EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS:
reflexões sobre reforma educacional**

**ITAJAÍ
2025**

ÁUREA REGINA CARDOSO

**CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO NAS PERSPECTIVAS DOS PLANOS DE
GESTÃO ESCOLAR - 2024-2027 DA COORDENADORIA REGIONAL DE
EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS:
reflexões sobre reforma educacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade do Vale do Itajaí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador/a: Profa. Dra. Verônica Gesser

**ITAJAÍ
2025**

ÁUREA REGINA CARDOSO

**CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO NAS PERSPECTIVAS DOS PLANOS DE
GESTÃO ESCOLAR - 2024-2027 DA COORDENADORIA REGIONAL DE
EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS:
reflexões sobre reforma educacional**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação da Universidade do Vale do Itajaí.

Linha de Pesquisa: Políticas e Práticas de Currículo e de Gestão, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí-PPGE

Itajaí, 28 de março de 2025

Apresentada perante a Banca Examinadora composta pelos Professores:

Profa. Dra. Verônica Gesser
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Verônica Gesser
UNIVALI – Orientadora

Prof. Dra. Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
UNIVALI

Prof. Dra. Patricia Murara Stryhalski
(IFC) – Campus Ibirama

À minha família: pai (*in memoriam*), mãe e irmão, cunhada, sobrinhos e namorado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido na trilha certa com saúde e forças para chegar até o final.

Aos meus pais Almiro (*in memoriam*) e Zelina que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória de estudos.

A meu namorado Murilo que acompanhou essa trajetória ao meu lado, muito obrigada pelo companheirismo, amor, paciência e compreensão nos momentos de ausência.

Agradeço à minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Verônica Gesser por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

Aos meus colegas do Mestrado, pelos diálogos, aprendizados e pelas amizades.

Também agradeço a meu amigo/amigos CRE18/DH que sempre me ajudaram com sua vasta experiência desde o início dissertação

A todos os meus professores do curso de mestrado em Educação da Univali pela excelência da qualidade técnica de cada um.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização desse trabalho.

Educar é ensinar os outros a viver; é iluminar caminhos alheios; é amparar debilitados, transformando-os em fortes; é mostrar as veredas, apontar as escaladas, possibilitando avançar, sem muletas e sem tropeços.

(Antonieta de Barros)

RESUMO

A presente dissertação está inserida na linha de pesquisa Políticas para a Educação Básica e Superior, junto ao grupo de Políticas e Práticas de Currículo e de Gestão, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí-PPGE. Este trabalho tem como focos os planos de gestão escolar das escolas estaduais que compõem o território da Grande Florianópolis e que são acompanhados pela Coordenadoria Regional de Florianópolis-CRE 18. A investigação parte do seguinte questionamento: De que maneira os Planos de Gestão Escolar das escolas estaduais de Santa Catarina sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis 2023-2027 abordam o currículo do Ensino Médio diante das mudanças trazida com as Reforma do Ensino Médio? Pretende-se discutir a complexidade da educação que, com a Reforma do Ensino Médio, trouxe muitos desafios para a gestão escolar no que se refere ao cumprimento do currículo, e que revela fragilidades estruturais e de recursos humanos para implementação da carga horária estendida. O principal objetivo foi compreender como o currículo do Ensino Médio é abordado nos Planos de Gestão Escolar das escolas estaduais de Santa Catarina sob a responsabilidade da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis no período de 2024-2027. Além disso, a seleção e as análises dos documentos foram desenvolvidas tendo em vista as características da pesquisa qualitativa e a abordagem metodológica da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2015). A CRE de Florianópolis tem na gerência 114 escolas estaduais. Foi utilizado o critério de um plano de gestão escolar por município pertencente à Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis que são: Angelina, Anitápolis, Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Florianópolis, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, São Bonifácio e Rancho Queimado. Nos municípios com mais de uma escola estadual foi adotado o critério da escola que oferta o Ensino Médio com maior número de alunos matriculados. Os treze Planos de Gestão Escolar selecionados estão em vigência nas escolas estaduais da CRE de Florianópolis no Estado de Santa Catarina, escolhidos pela comunidade no ano de 2022. Os proponentes e representantes dos PGEs passaram a assumir os cargos de diretores nas escolas a partir de 2023, sendo que a vigência dos Planos é de quatro anos (2023-2027). Os resultados alcançados indicam que o Estado de Santa Catarina tem avançado na normatização e implementação do novo currículo do Ensino Médio. A análise dos Planos de Gestão Escolar (PGEs) revela um esforço das instituições de ensino em alinhar-se às diretrizes nacionais e estaduais. No entanto, evidencia-se a existência de desafios na explicitação das estratégias organizacionais adotadas para a implementação do referido currículo. Foram identificadas fragilidades nos PGEs, especialmente no que concerne à especificidade das diretrizes sobre a integração curricular e a interdisciplinaridade, aspectos fundamentais para a inovação pedagógica. Observa-se que uma parcela significativa dos PGEs não contempla plenamente a flexibilização curricular, apontando dificuldades na efetiva implementação da reforma. De modo geral, a Reforma do Ensino Médio nas escolas da CRE de Florianópolis apresenta avanços relevantes, contudo persistem desafios, notadamente em relação à flexibilização curricular e à formação docente. Ademais, destaca-se a necessidade premente de capacitação e orientação para as equipes gestoras e docentes das escolas estaduais, a fim de viabilizar a implementação de práticas pedagógicas inovadoras que atendam às exigências da reforma. Por fim, os achados deste estudo indicam que, embora haja progressos e alinhamento às normativas vigentes, a implementação da reforma do Ensino Médio ainda demanda ajustes, especialmente no que se refere à consolidação de pressupostos para a inovação educacional.

Palavras-Chave: Plano de Gestão Escolar, Currículo, Ensino Médio, Políticas Públicas em Educação

ABSTRACT

This research is part of the line of research line: Curriculum and Management Policy and Practices, of the Postgraduate Program in Education at the University of Vale do Itajaí. This dissertation focuses on the school management plans of the state schools that make up the territory of Greater Florianópolis and which are monitored by the Regional Coordination of Florianópolis. The initial research question was: How do managers organize the high school curriculum in the School Management Plans of state schools in Santa Catarina under the jurisdiction of the Regional Education Coordination of Florianópolis? The aim of the research was to discuss the complexity of education and the many challenges brought to school management with the secondary education reforms, especially with regard to compliance with the curriculum, which reveal a lack of structural and human resources to implement the extended workload. The main objective of this work was to evaluate the reorganization of high school in the 18th CRE/SC (Regional Education Council of Santa Catarina) from the perspective of the School Management Plans for 2024-2027, in relation to the Curricular Base of the Territory of Santa Catarina. Documents were selected and analyzed using qualitative research and Bardin's Content Analysis. The CRE of Florianópolis manages 114 state schools. We used the criterion of one school management plan from each municipality belonging to the Regional Education Office of Florianópolis: Angelina, Anitápolis, Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Florianópolis, Palhoça, São José, Santo a Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, São Bonifácio, and Rancho Queimado, belonging to the CRE of Florianópolis. In municipalities with more than one school, we selected the school that offered secondary education and had the higher number of students. The thirteen selected School Management Plans are currently in force in the CRE State schools of Florianópolis, capital of the State of Santa Catarina, chosen by the community in 2022. The proponents and representatives of the PGEs assumed their positions as directors of the schools from 2023 onwards, and the Plans are valid for four years (2023-2027). The results of this research indicate that the State of Santa Catarina has advanced in the standardization and implementation of the new secondary education curriculum. The analysis of School Management Plans (PGEs) reveals that the educational institutions are making efforts to align themselves with the national and state guidelines. However, it is clear that there are still challenges to be faced in terms of the details of the organizational strategies adopted to implement the new curricular reforms. Weaknesses were identified in the PGEs, which lacked specific guidelines on curricular integration and interdisciplinarity, fundamental aspects for pedagogical innovation. It was observed that a significant portion of PGEs do not fully allow for curricular flexibility, pointing to difficulties in the effective implementation of the reforms. In general, the secondary education reform in Santa Catarina presents relevant advances, however, challenges persist, notably in relation to curricular flexibility and teacher training. Furthermore, there is a pressing need for training and guidance for the management and teaching teams of state schools, in order to enable the implementation of innovative pedagogical practices that meet the requirements of the reform. Finally, the findings of this study indicate that although there is progress and alignment with current regulations, the implementation of the secondary education reform still requires adjustments, especially with when it comes to fulfilling the premises for educational innovation

keywords: School Management Plan, High School Curriculum, Public Policies in Education:

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Estudos localizados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES dentro do escopo definido	16
Quadro 2 - Comparativo entre a Lei 13.415/2017 e a Lei 14.945/2024	26
Quadro 3 - Documentos da implantação gestão escolar em Santa Catarina	31
Quadro 4 - Coordenadoria Regionais de Educação e seus municípios de abrangência	33
Quadro 5 - Fluxo da forma de ocupação do cargo de diretor de escola em Santa Catarina	38
Quadro 6 - Documentos da Implementação dos Planos de Gestão em Santa Catarina	38
Quadro 7 - Elementos basilares para a construção do PGE (2023 a 2027)	40
Quadro 8 - Municípios envolvidos na pesquisa e, número de alunos matriculados por escola etapa oferecida	45
Quadro 9 - Municípios da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis	46
Quadro 10 - Planos de Gestão Escolares Selecionados	48
Quadro 11 - Categorias iniciais	49
Quadro 12 - Categoria intermediária	50
Quadro 13 - Categoria final	51
Quadro 14 - Etapas da Pesquisa	52
Quadro 15 - Planos de gestão que contemplem os conteúdos conforme Base Nacional Curricular Comum e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense	53
Quadro 16 - Flexibilização das disciplinas	56
Quadro 17 - Contextualização de ações realizadas para inserção da escola com o meio em que está inserida.	58
Quadro 18 - Inserção de práticas pedagógicas inovadoras no currículo do Ensino Médio, citados nos planos de gestão	60
Quadro 19 - Projetos interdisciplinares sugeridos para implantação na gestão 2024-2027.	62
Quadro 20 - Modelo de gestão citado nos planos de gestão.	64
Quadro 21 - Metodologia citado nos planos de gestão.	66

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEE	Conselho Estadual de Educação
CBEMTC	Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DCNem	Diretrizes Curriculares Nacional para o Ensino Médio
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
PGE	Plano de Gestão Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PRADIME	Programa de Apoio a Dirigentes Municipais de Educação
SED	Secretaria de Estado da Educação
SC	Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1	11	
2	22	
3	22	
3.1	currículo base do território catarinense em uma perspectiva para a gestão escola	26
4	33	
5	45	
5.1	Procedimentos, instrumentos e técnicas de coleta de dados	44
5.2	Procedimentos, técnicas e sistemas utilizados para análise de dados	45
6	55	
6.1	Planos de gestão que contemplem os conteúdos conforme determinações pela legislação vigente.	53
6.2	Flexibilidade curricular	55
6.3	Contextualização dos espaços escolares	58
6.4	Práticas pedagógicas inovadora	60
6.5	Projetos interdisciplinares	61
6.6	Modelo de gestão	64
6.7	- Metodologia	66
7	71	
REFERÊNCIAS		73
ANEXO A - MODELO DE PLANO DE GESTÃO ESCOLAR		78

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Médio, última etapa da educação básica, desempenha um papel fundamental na formação de jovens não apenas para a cidadania, mas também para o mercado de trabalho (Arroyo, 2000). Neste sentido, sua função transcende a mera transmissão de conhecimento acadêmico, abrange o desenvolvimento de habilidades essenciais que capacitam os estudantes a atuarem de forma crítica e participativa na sociedade.

As reformas educacionais, conforme Brasil (2018), surgem como resposta à necessidade de adequar o Ensino Médio às demandas contemporâneas, como a preparação para o mercado de trabalho e o fortalecimento da cidadania. Essas reformas buscam melhorar a qualidade do ensino, tornando-o mais dinâmico e alinhado às exigências da sociedade atual.

Para que essas reformas e a função do Ensino Médio sejam efetivamente concretizadas, a gestão escolar desempenha um papel crucial. Lück (2009) afirma que a gestão deve organizar recursos e pessoas de modo que as escolas possam garantir o direito à educação e promover o desenvolvimento integral dos alunos. Isso implica criar ambientes educacionais que fomentem a formação de cidadãos não apenas capacitados tecnicamente, mas também comprometidos com os valores de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Deste modo, as reformas no Ensino Médio (Brasil, 2018) e a organização de recursos e práticas pedagógicas por parte da gestão escolar (Lück, 2009) são essenciais para alcançar os objetivos de formar jovens cidadãos. Essa interligação visa garantir que a escola contribua para o desenvolvimento de competências necessárias para a vida pessoal, social e profissional dos estudantes.

Como pesquisadora e profissional da educação com mais de três décadas de experiência na rede pública de ensino, minha análise sobre os planos de gestão escolar nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina é fundamentada não apenas na pesquisa acadêmica, mas também na vivência prática e observação direta do impacto dessas políticas na realidade escolar. Desde 1990 atuo na rede pública do Estado de Santa Catarina como professora e no ano de 2003 passei a atuar também como Consultora Educacional na Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis, o que me permitiu acompanhar de perto as

transformações no cenário da gestão escolar e do Ensino Médio. Esse lugar de fala, construído ao longo de minha trajetória profissional, me possibilita uma visão crítica e contextualizada das políticas educacionais, especialmente no que tange à implementação dos planos de gestão escolar e suas implicações para o cotidiano das escolas

Diante disso, surgiu a necessidade de uma compreensão aprofundada das políticas de gestão escolar e de seu impacto direto na prática educacional. Como destaca Libâneo (2020), a análise das políticas educacionais é crucial para entender a eficácia das práticas pedagógicas e a gestão das instituições de ensino. Em um contexto de constantes mudanças nas políticas educacionais e na estrutura do Ensino Médio, torna-se essencial investigar como os planos de gestão escolar são concebidos, implementados e vivenciados nas escolas públicas estaduais que ofertam o Ensino Médio.

Estudos recentes destacam a importância da gestão escolar eficiente, que envolve o planejamento estratégico e a tomada de decisões baseadas em dados, promovendo uma educação de qualidade com recursos bem alocados para contribuir no desenvolvimento de um ambiente educacional propício à aprendizagem. Segundo Lück (2009), a gestão escolar desempenha um papel fundamental na criação de condições que favoreçam a melhoria contínua da qualidade da educação. Ele argumenta que a eficácia da gestão escolar está diretamente relacionada à capacidade da equipe gestora de estabelecer objetivos claros, promover um ambiente colaborativo e implementar práticas pedagógicas inovadoras. Lück (2009) ressalta que uma gestão eficiente não apenas organiza recursos e processos, mas também inspira e motiva a equipe docente e discente, o que resulta em um ambiente de aprendizagem mais produtivo e engajador.

Pesquisas recentes, como as de Lück (2009) e Paro (2015), enfatizam a importância de uma gestão escolar eficiente no desenvolvimento de um ambiente educacional que favoreça a aprendizagem. Lück (2009) discute como a gestão escolar não se limita apenas à administração de recursos e processos, mas envolve também a liderança pedagógica, a motivação da equipe escolar e o engajamento da comunidade. Paro (2015), por sua vez, aborda a gestão democrática como um elemento central para a criação de condições que possibilitem uma educação de qualidade, destacando a participação ativa de todos os atores envolvidos —

professores, alunos, pais e comunidade — na tomada de decisões e na construção de um ambiente escolar colaborativo e inclusivo. Esses autores convergem na visão de que uma gestão escolar bem estruturada e participativa é fundamental para promover o sucesso escolar e a formação integral dos estudantes.

A Coordenadoria Regional da Grande Florianópolis tem 114 escolas, destas 63 ofertam o Ensino Médio. Todos os municípios pertencentes à CRE de Florianópolis possuem escolas que ofertam o Ensino Médio.

O território da Coordenadoria Regional da Grande Florianópolis que abrange treze municípios a saber: Águas Mornas, Anitápolis, Angelina, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara. Esses municípios compõem uma região de grande importância no contexto educacional do Estado de Santa Catarina, devido à diversidade de suas características socioeconômicas e culturais, que impactam diretamente na gestão das políticas educacionais e na implementação de reformas como a reorganização do Ensino Médio.

A partir da Lei nº 13.415/2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, houve mudanças significativas na organização do Ensino Médio. Dentre essas mudanças, destaca-se a nova organização curricular e a ampliação da carga horária mínima das atuais 800 horas para 1.000 horas anuais, até 2022, devendo esta ser ampliada, de forma progressiva, para uma carga horária anual de 1.400 horas.

Destaca-se, também, a divisão do currículo entre uma parte de Formação Geral Básica (máximo de 1.800 horas nos três anos) e uma Parte Flexível (mínimo de 1.200 horas nos três anos), fundamentados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual define os direitos e objetivos de aprendizagem no Ensino Médio (Brasil, 2017).

Com base nessa mudança do currículo do Ensino Médio, surge o seguinte problema de pesquisa:

De que maneira os Planos de Gestão Escolar - período de 2023-2027 - das escolas estaduais de Santa Catarina sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis abordam o currículo do Ensino Médio diante das mudanças trazidas com a Reforma do Ensino Médio?

Para buscar responder o problema de pesquisa, esta dissertação tem como objetivo geral: Compreender como o currículo do Ensino Médio é abordado nos Planos de Gestão Escolar das escolas estaduais de Santa Catarina, sob a responsabilidade da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis no período de 2024-2027.

Os objetivos específicos definidos para a concretização do objetivo geral são:

- a) verificar as adaptações e modificações no currículo do Ensino Médio incorporadas nos Planos de Gestão Escolar das escolas Estaduais de Santa Catarina para o período de 2024-2027;
- b) verificar as principais mudanças no currículo do Ensino Médio e a aplicabilidade nas escolas da Coordenadoria de Educação de Florianópolis;
- c) investigar como os Planos de Gestão Escolar (PGEs) compreendem as alterações curriculares propostas na Reforma do Ensino Médio e suas implicações curriculares.

Com esta dissertação pretende-se fornecer subsídios valiosos para gestores, educadores e formuladores de políticas públicas, contribuindo para a melhoria tanto da organização do Ensino Médio na região, quanto da gestão escolar. Apesar das discussões sobre a reforma do ensino médio, há poucos estudos que analisam como os Planos de Gestão escolar estão incorporando essas mudanças, especialmente no contexto de Santa Catarina.

Para melhor entendimento, esta pesquisa está organizada da seguinte forma: a introdução apresenta o objeto de estudo e toda a contextualização. O primeiro capítulo aborda sobre uma revisão do referencial teórico relacionado à gestão escolar e à reorganização do Ensino Médio. O capítulo dois apresenta a revisão de literatura, fundamentando teoricamente a investigação por meio de referências que discutem o currículo do Ensino Médio e sua relação com a gestão escolar. No capítulo três discorre-se sobre a trajetória do Ensino Médio no Brasil, abordando as principais reformas educacionais ao longo do tempo e seus reflexos no contexto atual. O capítulo quatro trata da importância dos Planos de Gestão Escolar para o período de 2024-2027 nas escolas públicas de Santa Catarina, discutindo conceitos, percepções e desafios inerentes à implementação das mudanças do currículo do Ensino Médio. O Capítulo cinco apresenta a metodologia adotada na pesquisa,

detalhando os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados. No Capítulo seis são expostos e analisados os achados da pesquisa, permitindo a interpretação dos dados à luz dos objetivos propostos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão sistemática da literatura foi realizada na Base de Periódicos e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Buscou-se, nesta revisão, responder ao seguinte questionamento:

QP1 - Quais são os estudos que tratam sobre os planos de gestão escolar nas escolas públicas da rede estadual de Santa Catarina?

Assim, iremos explicar em detalhes como ocorreu o processo de definição da pesquisa, a escolha dos documentos, a delimitação do campo e do espaço de investigação, além dos procedimentos adotados para a análise e interpretação dos dados.

Para garantir o rigor metodológico, foram definidos critérios que incluíram:

- 1. Palavras-chave e descritores:** Os termos "Plano de Gestão Escolar", "Currículo Ensino Médio" e "Políticas Públicas em Educação" foram utilizados como palavras-chave. Além disso, descritores complementares como "gestão escolar", "currículo", "ensino médio" e "planos de gestão escolar" foram empregados para garantir maior abrangência nos resultados.
- 2. Idioma:** Apenas estudos em português foram incluídos, considerando o foco geográfico e a relevância de trabalhos produzidos no Brasil para o contexto investigado.
- 3. Nível acadêmico:** Foram comprovadas exclusivamente teses de doutorado e dissertações de mestrado, por serem fontes consolidadas de pesquisa científica, que oferecem profundidade e rigor metodológico.
- 4. Recorte temporal:** O período de 2018 a 2023 foi delimitado para garantir a contemporaneidade dos estudos e sua relevância frente às políticas educacionais atuais, especialmente após a promulgação da Lei nº 13.415/2017, que influenciou a gestão e o currículo no Ensino Médio.
- 5. Campo e espaço de investigação:** Estudos que abordam diretamente a gestão escolar no contexto de Santa Catarina foram priorizados, garantindo a pertinência geográfica e temática.

Quadro 1 - Estudos localizados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES dentro do escopo definido

Nº	Ano	Instituição	Título	Autor
1	2018	Universidade Federal da Fronteira Sul	Políticas educacionais. Gestão escolar. Democracia. Governança. Participação. Plano de gestão.	Aline da Silva Serpa
2	2019	Universidade Federal da Fronteira Sul	Currículo Escolar no Planos de Gestão de escolas estaduais de Santa Catarina: Campos de Disputas	Vanessa Daiane Rauber
3	2019	Universidade Federal da Fronteira Sul	Políticas educacionais. Gestão escolar. Formas de escolha do gestor escolar. Planos de Gestão Escolar. Participação democrática.	Janete Palu
4	2019	Universidade de Brasília	Lei nº 13.415/2017. Ampliação da jornada escolar. Gestão escolar. Programa de Fomento às Escolas de Tempo Integral. Ensino Médio Regular.	Cristiane Akemi Sato
5	2021	Universidade Federal da Fronteira Sul	gestão escolar democrática; legislação; planos de gestão escolar; governamentalidade; participação.	Camila Pelegrin
6	2021	Universidade Federal do Acre	Concepções de Gestão; Conselho escolar; Gestão democrática; Gestão escolar	Jaqueline Santos Pequeno da Silva

Fonte: Elaboração do autor, 2025

O primeiro deles foi a pesquisa intitulada “Currículo escolar nos Planos de Gestão de Escolas Estaduais de Santa Catarina: campos em disputa”. Segundo Rauber (2019), aborda como o currículo está expresso no âmbito dos Planos de Gestão Escolar (PGE) de escolas Estaduais de Santa Catarina. A dissertação de Rauber (2019) aborda a complexidade do currículo escolar nos planos de gestão das escolas estaduais de Santa Catarina, destacando os campos de disputa que permeiam sua formulação e implementação. A pesquisa é fundamentada em uma abordagem qualitativa, utilizando análise documental e entrevistas semiestruturadas com gestores escolares, professores e representantes de órgãos educativos. Rauber

argumenta que o currículo escolar é um campo de disputa onde diferentes atores e interesses se confrontam, refletindo as tensões e contradições presentes no contexto educacional. A autora identifica que os planos de gestão escolar muitas vezes são influenciados por políticas públicas e diretrizes nacionais, mas também são moldados pelas necessidades e particularidades locais das escolas.

A análise revela que as práticas curriculares são negociadas e reconfiguradas continuamente, evidenciando a existência de múltiplos saberes e a necessidade de uma gestão democrática e participativa. Rauber destaca a importância da inclusão de diversos partes interessadas no processo de tomada de decisão, visando a construção de um currículo que atenda às demandas da comunidade escolar e promova a equidade e a justiça social.

A dissertação contribui para o entendimento das dinâmicas e desafios envolvidos na gestão do currículo escolar, sugerindo a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva que considere as especificidades do contexto local e a participação ativa dos diferentes atores educativos.

O segundo deles foi a pesquisa intitulada "Planos de Gestão Escolar: Nova Estratégia de Governança das Escolas Públicas Estaduais de Santa Catarina," de Silva Serpa (2018) e defendida nesse ano. A autora faz uma análise das novas estratégias de governança adotadas nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina, com foco nos planos de gestão escolar. O estudo busca compreender como esses planos de gestão são desenvolvidos e implementados nas escolas, investigando suas implicações para a governança escolar e a qualidade da educação. A pesquisa se concentra em identificar os desafios e as oportunidades que surgem da implementação dessas estratégias, bem como o papel dos gestores escolares na condução desse processo.

A autora utiliza uma abordagem qualitativa para analisar o contexto de Santa Catarina, especificamente na cidade de Chapecó, destacando as dinâmicas locais e as políticas educacionais que influenciam a prática da gestão escolar. A dissertação também explora a relação entre a autonomia escolar e as exigências burocráticas impostas pelos órgãos de educação, examinando como os gestores equilibram essas demandas. Ao final, Aline Serpa conclui que os planos de gestão escolar representam uma ferramenta importante para a governança das escolas públicas, mas que sua eficácia depende de fatores como o engajamento da comunidade

escolar, a formação dos gestores e o apoio das políticas públicas.

O terceiro deles foi a pesquisa, dissertação de mestrado, intitulada "Planos de Gestão Escolar em Santa Catarina: A Gestão Democrática em Questão", que investiga a implementação e os desafios da gestão democrática nas escolas públicas de Santa Catarina, a partir da análise dos planos de gestão escolar de Janete Palu. O estudo foca em como a gestão democrática é concebida e praticada nas escolas, analisando os planos de gestão como instrumentos que deveriam promover a participação ativa de toda a comunidade escolar — incluindo professores, alunos, pais e demais funcionários — nos processos decisórios.

A pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa, utilizando a análise documental dos planos de gestão e entrevistas com gestores escolares para identificar como esses princípios democráticos são colocados em prática. Janete Palu examina se os planos de gestão realmente refletem uma gestão democrática ou se, na prática, eles são instrumentos burocráticos que acabam por centralizar o poder nas mãos dos gestores. A dissertação explora as contradições e as limitações encontradas na tentativa de implementar uma gestão mais participativa, destacando as dificuldades enfrentadas pelos gestores em conciliar as exigências legais com a realidade das escolas.

A pesquisa conclui que, embora os planos de gestão escolar sejam teoricamente alinhados com os princípios da gestão democrática, na prática há uma série de desafios que dificultam sua plena realização. Entre esses desafios estão a falta de formação adequada para os gestores, a resistência cultural à participação coletiva e as pressões burocráticas. A autora sugere que, para uma verdadeira democratização da gestão escolar, é necessário um maior investimento em formação e uma mudança cultural nas escolas, visando fortalecer a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

O quarto deles foi a pesquisa a dissertação de mestrado de Cristiane Akemi Sato intitulada "Lei 13415/2017 ampliação da jornada de escolar. Gestão escolar. Programa de fomento as escolas de tempo integral Ensino Médio Regular". Propôs-se como objetivo geral desvelar o processo de formulação da Lei nº 13.415/2017 e a implementação do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). É um estudo de natureza exploratória e de abordagem qualitativa que foi organizado em etapas de revisão bibliográfica, levantamento de documentos

e análise de dados no campo empírico. A dissertação destaca que em relação à gestão escolar nas instituições que aderiram ao Programa de Fomento em Tempo Integral, observa-se que os diretores escolares tiveram uma intensificação no seu trabalho e em suas atribuições. Ao mesmo tempo, nas entrevistas manifestaram que o programa traz benefícios, mas confundem a função da escola, destacando, sobretudo, o papel de proteção e assistencialismo para os alunos.

O quinto deles foi a dissertação de mestrado de Camila Pelegrini intitulada "Gestão Escolar: Olhares e Dizeres Sobre os Planos de Gestão Escolar em Santa Catarina", que explora as percepções e interpretações de gestores escolares em relação aos planos de gestão adotados nas escolas públicas de Santa Catarina. O estudo busca compreender como os gestores escolares percebem e implementam os planos de gestão, considerando suas experiências, desafios e as diferentes visões sobre o papel desses planos na organização e melhoria das escolas. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com entrevistas e análise documental para captar os "olhares e dizeres" dos gestores, revelando como eles entendem e aplicam as diretrizes estabelecidas nos planos de gestão. Camila Pelegrini analisa como esses planos são interpretados no contexto cotidiano das escolas, identificando as influências das políticas públicas e da legislação educacional sobre as práticas de gestão.

A dissertação destaca a tensão entre a normatização imposta pelos planos e a realidade prática vivida pelos gestores, que frequentemente precisam adaptar as diretrizes para atender às necessidades específicas de suas comunidades escolares. A autora conclui que, embora os planos de gestão sejam vistos como ferramentas essenciais para a organização escolar, há uma discrepância entre o que é prescrito e o que é praticado. Essa diferença se deve, em parte, à falta de flexibilidade dos planos diante das realidades diversas das escolas e à necessidade de uma maior capacitação dos gestores para lidar com essas complexidades. A pesquisa sugere a importância de repensar a forma como os planos de gestão são desenvolvidos e implementados, promovendo uma maior participação dos gestores e da comunidade escolar nesse processo.

O sexto deles é a dissertação de mestrado de Jaqueline Santos Pequeno da Silva intitulada "As concepções de gestão escolar e seus reflexos nas escolas de Ensino Médio de Cruzeiro do Sul, Acre", que foi defendida no Programa de Pós-

Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre (UFAC). Este estudo adota uma abordagem qualitativa e utiliza entrevistas semiestruturadas com gestores de duas instituições de ensino para investigar as percepções sobre gestão escolar e seus impactos no contexto educacional local. Os resultados destacam a importância da participação e do diálogo como princípios fundamentais para uma gestão democrática eficaz.

Dos seis estudos identificados sobre PGEs em Santa Catarina, apenas um (Sato, 2019) aborda diretamente a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), analisando seus impactos no Programa de Tempo Integral. Dois trabalhos (Rauber, 2019; Sato, 2019) discutem o currículo, mas sem foco nos PGEs pós-Reforma. Essa lacuna evidencia a necessidade de pesquisas que investiguem como os atuais Planos de Gestão Escolar (2023-2027) estão respondendo às mudanças curriculares, tema central desta dissertação

Os trabalhos analisados tratam de diferentes aspectos da gestão escolar e dos planos de gestão escolar no Estado de Santa Catarina e em outras regiões do Brasil. Cada pesquisa contribui para a compreensão das dinâmicas de governança, currículo, gestão democrática e os impactos das políticas públicas na administração escolar e no currículo escolar. Em comum, apontam a tensão entre diretrizes normativas e a realidade escolar e a influência das políticas públicas.

Os trabalhos aqui selecionados vêm ao encontro do objeto da pesquisa pois eles mostram as dificuldades de adaptação dos planos à realidade escolar e a tensão entre normatização e prática cotidiana. Nossa pesquisa tem relevância pois tenta compreender as percepções no plano de gestão escolar e seus impactos no Ensino Médio e com a implementação da Lei 13.415/2017 e seus impactos no currículo do Ensino Médio. Dos seis estudos identificados sobre PGEs em Santa Catarina, apenas um (Sato, 2019)

Dos seis estudos identificados sobre PGEs em Santa Catarina , apenas um (Sato,2019)aborda diretamente a Reforma do Ensino Médio(Lei 13.415/2017), analisando seus impactos no Programa de tempo Integral .Dois trabalhos(Rauber,2019;Sato,2019)discutem currículo, mas sem foco nos PGEs pós-reforma .Essa lacuna evidencia a necessidade de pesquisas que investiguem como os atuais Planos de Gestão Escolar(2023-2027)estão respondendo ás mudanças curriculares, tema central desta dissertação.

3 A TRAJETÓRIA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: PRINCIPAIS REFORMAS E SEUS REFLEXOS

O Ensino Médio no Brasil passou por diversas modificações ao longo dos anos, refletindo mudanças nas políticas educacionais, nos contextos sociais e econômicos, e nas necessidades da sociedade. Desde os primeiros modelos de educação formal, influenciados pela colonização portuguesa, até as reformas contemporâneas, a trajetória do Ensino Médio revela uma constante busca por equilíbrio entre a formação geral e a preparação técnica e profissional.

A reforma educacional de 1971, que instituiu o Ensino de 1º e 2º graus, foi um marco importante, ao propor um currículo mais diversificado e a introdução de disciplinas técnicas (Brasil, 1971). Porém, com a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996-I (LDB) foi que o Ensino Médio começou a ganhar contornos mais próximos do que conhecemos hoje.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-LDBN estabelece o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica e abriu espaço para diferentes modalidades de ensino, como o Ensino Técnico e a Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 1996). A medida provisória 746/2016 fez uma ampla reforma no Ensino Médio no Brasil. Essa reforma, depois, virou a Lei 13.415/2017 de 16 de fevereiro de 2017. A partir da Lei nº 13.415/2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, têm-se mudanças significativas na organização do Ensino Médio. Dentre essas mudanças, destaca-se a nova organização curricular e a ampliação da carga horária mínima das atuais 800 horas para 1.000 horas anuais, até 2022, devendo esta ser ampliada, de forma progressiva, para uma carga horária anual de 1.400 horas.

Destaca-se, também, a divisão do currículo entre uma parte de Formação Geral Básica (máximo de 1.800 mil horas nos três anos) e uma Parte Flexível (mínimo de 1.200 mil horas nos três anos), fundamentados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual define os direitos e objetivos de aprendizagem no Ensino Médio (Brasil, 2017).





Conforme Frigotto (2018), no início do século XXI novas mudanças foram propostas com o objetivo de tornar o Ensino Médio mais atrativo e conectado às demandas do mundo do trabalho e da cidadania. O autor reflete ainda sobre o

movimento de reformas educacionais que buscaram alinhar o Ensino Médio às novas exigências sociais, econômicas e tecnológicas, e alerta também que muitas dessas reformas focaram excessivamente nas demandas imediatas do mercado de trabalho, reduzindo a função social e crítica do Ensino Médio.

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 sancionou a Reforma do Ensino Médio, que instituiu a flexibilização curricular, permitindo que os estudantes escolhessem parte de seu currículo conforme suas áreas de interesse, ao mesmo tempo em que garantiu uma base comum nacional.

Conforme podemos observar na figura 1, a estrutura da base comum obrigatória é delineada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017). Ela demonstra como os componentes curriculares estão organizados de maneira a assegurar que todos os estudantes, independentemente da região ou contexto escolar, adquiram um conjunto mínimo de conhecimentos e habilidades essenciais. Na Figura 1, podemos ver a distribuição dos componentes por áreas do conhecimento, tais como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, além da indicação de habilidades específicas que devem ser desenvolvidas em cada etapa da educação básica. A figura também evidencia a integração de competências gerais, que visam formar cidadãos críticos, éticos e aptos a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo (Brasil, 2017)

Figura 1 - Organização por Área do conhecimento para o Ensino Médio, conforme a BNCC 2017

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR
 LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA
	INGLÊS
	ARTES
	EDUCAÇÃO FÍSICA
 MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA
 CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
 CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	HISTÓRIA
	GEOGRAFIA
	FISIOLOGIA
	SOCIOLOGIA

Fonte: Santa Catarina (2019, p. 13).

Segundo Lopes (2019), com a reforma do Ensino Médio, a proposta de organização dos currículos indica os itinerários formativos por áreas (linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional), ou mesmo integrando diferentes áreas, sendo afirmado que busca atender o contexto local, na medida da possibilidade dos sistemas de ensino, e favorecer possíveis articulações com a educação profissional.

Lopes (2019) destaca que, embora a reforma tenha sido apresentada com o objetivo de tornar o Ensino Médio mais atrativo e conectado às demandas do mercado de trabalho e ao desenvolvimento de competências para a cidadania, ela gerou debates e controvérsias. Segundo ele pode acentuar desigualdades educacionais, uma vez que a oferta dos itinerários formativos depende das condições estruturais e pedagógicas de cada escola.

Segundo Saviani (2019), a parte flexível do currículo nomeada de Itinerários Formativos é o momento em que os estudantes optam em cursar uma carga horária de acordo com seu interesse pessoal, podendo aqui ampliar seus aprendizados em uma ou mais áreas de conhecimento. O autor critica a implementação desse modelo, afirmando que, embora a flexibilidade dos itinerários formativos possa parecer vantajosa, há o risco de fragmentação do conhecimento e de desigualdade no acesso a determinadas opções, dependendo da oferta de cada escola e da infraestrutura disponível.

A figura 2 ilustra como a organização curricular do Novo Ensino Médio em Santa Catarina reflete uma tentativa de tornar a educação mais relevante e personalizada, alinhando-a com as demandas contemporâneas do mercado de trabalho e com os interesses individuais dos alunos. A abordagem flexível e os itinerários formativos são passos importantes para criar uma educação mais adaptável e prática.

Figura 2 - Organização Curricular do Novo Ensino Médio no território Catarinense-2021



Fonte: Brasil (2020). Elaboração do autor.

Essas mudanças, que ocorreram em âmbito nacional, têm repercussões específicas nas regiões, como é o caso da CRE de Florianópolis, pois tem no seu território escolas de zona rural, escolas de zona urbana, escolas de periferia e escolas do centro da capital.

As instituições de ensino da CRE de Florianópolis têm buscado adaptar-se às novas diretrizes, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios como a inclusão digital, aumento da carga horária de estudos para os alunos de 800 para 3000 horas, a formação continuada de professores e a necessidade de integrar os estudantes em um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico e exigente.

A Lei nº 14.945, sancionada em 31 de julho de 2024, introduziu significativas alterações no Ensino Médio brasileiro, com implementação prevista a partir de 2025. As principais mudanças incluem: **Aumento da Carga Horária da Formação Geral Básica (FGB):** A carga horária mínima total do Ensino Médio passa a ser de 3.000 horas ao longo dos três anos. Dessas, 2.400 horas serão destinadas à Formação Geral Básica, que abrange disciplinas como português, inglês, artes, educação física, matemática, ciências da natureza (biologia, física, química) e ciências humanas (filosofia, geografia, história, sociologia). Anteriormente, a FGB

correspondia a 1.800 horas. **Redução da Carga Horária dos Itinerários Formativos:** Os itinerários formativos, que permitem aos estudantes aprofundar conhecimentos em áreas de interesse, terão carga horária mínima de 600 horas, exceto na formação técnica e profissional, que pode chegar a 1.200 horas. Antes, os itinerários formativos correspondiam a 1.200 horas. **Reintrodução de Disciplinas Obrigatórias:** A nova lei restabelece a obrigatoriedade de disciplinas como filosofia, sociologia, artes e educação física em todos os anos do Ensino Médio, garantindo uma formação mais abrangente aos estudantes. Cabe informar que o Estado de Santa Catarina não tinha suprimido nenhum componente curricular. **Implementação Gradual:** A implementação das mudanças será gradual: em 2025, para a primeira série; em 2026, para a segunda série; e, em 2027, para a terceira série do Ensino Médio. As redes de ensino receberam apoio técnico do Ministério da Educação (MEC) para elaborar planos de ação e definir regras de transição para os estudantes que iniciaram o Ensino Médio em 2024.

Figura 3 - Organização Curricular do Ensino Médio no território Catarinense-2025



Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1z1a9Y68RAZY6pTuejPQGKif6SJzEvdnz/view> Santa Catarina (2024a).

Essas alterações visam proporcionar uma formação mais completa e equilibrada aos estudantes do Ensino Médio no Brasil.

Quadro 2 - Comparativo entre a Lei 13.415/2017 e a Lei 14.945/2024

Aspecto	Lei 13.415/2017	Lei 14.945/2024
Carga Horária Total	3.000 horas (ao longo dos três anos)	3.000 horas (ao longo dos três anos)
Formação Geral Básica (FGB)	1.800 horas	2.400 horas
Disciplinas Obrigatórias	Português, matemática, e língua inglesa obrigatórios; outras disciplinas poderiam ser escolhidas conforme o itinerário formativo	Português, matemática, inglês, filosofia, sociologia, artes e educação física obrigatórios em todos os anos
Flexibilidade Curricular	Permite maior personalização do currículo com ênfase nos itinerários formativos escolhidos pelos estudantes	Reduz a carga horária dos itinerários formativos e amplia a carga de disciplinas obrigatórias
Foco na Formação Técnica	Formação técnica e profissional como um dos cinco itinerários formativos possíveis	Permite até 1.200 horas para formação técnica e profissional, incentivando, mas não restringindo apenas a essa área
Implementação	Implementada a partir de 2018, com prazo até 2022 para adequação das redes de ensino.	A ser implementada a partir de 2025.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

3.1 currículo base do território catarinense em uma perspectiva para a gestão escola

Com a elaboração da Base Nacional Comum Currículo (BNCC), o Estado de Santa Catarina se mobilizou para revisar sua proposta curricular. Esse processo resultou em um novo documento curricular, fruto da interação entre a Base Nacional Comum Currículo (BNCC) e a Proposta Curricular do Estado. Santa Catarina buscou construir uma referência curricular que mantivesse um diálogo com sua trajetória

educacional, respeitando, sobretudo, esse percurso histórico, ao mesmo tempo em que se alinhava às diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Currículo (BNCC). O documento publicado chega às escolas identificado como “Currículo Base da Educação do Território Catarinense”.

Assim como todas as demais Unidades Federativas do Brasil, Santa Catarina enfrentou o desafio de implementar as reformas do Ensino Médio em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino até 2022. Entre as principais mudanças previstas pela Lei nº 13.415/2017 destacam-se duas modificações significativas: a primeira é o aumento da carga horária mínima anual de 800 para 1000 horas ao longo de cinco anos; a segunda é a introdução de uma nova estrutura curricular que incorpora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e oferece diversos Itinerários Formativos.

Em Santa Catarina, o progresso em direção ao cumprimento desse desafio teve início em 2018, em conformidade com a Portaria nº 649 do MEC, datada de 10 de julho de 2018. Essa portaria instituiu o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNEM) e estabeleceu diretrizes, parâmetros e critérios. A adesão de 120 escolas-piloto ao Novo Ensino Médio ocorreu para que a comunidade escolar pudesse contribuir na implementação das mudanças no Ensino Médio.

Em 2019, a Secretaria de Estado da Educação especifica encontros formativos direcionados às equipes pedagógicas dessas escolas e das Coordenadorias Regionais de Educação. Esses encontros tiveram como objetivo proporcionar uma compreensão mais profunda dos princípios do Novo Ensino Médio e oferecer suporte a gestores, professores e equipes técnico-pedagógicas na elaboração das Propostas de Flexibilização Curricular, bem como na implementação do novo modelo curricular e do Caderno de Orientações. Todo o processo foi realizado de forma coletiva e participativa, com acompanhamento sistemático das 36 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), que atuam como elo de comunicação entre a SED/SC e as escolas.

A parte introdutória do documento destaca, de forma mais evidente, dois princípios fundamentais para a Educação Básica: a Educação Integral e o Percurso Formativo (Santa Catarina, 2019). Essas diretrizes já foram apresentadas tanto na Base Nacional Comum Currículo (BNCC-2019) quanto na Proposta Curricular de Santa Catarina de 2014, reafirmando que a proposta desse ano já havia sido

conceituada. A educação integral é descrita como “[...] uma estratégia histórica que visa desenvolver percursos formativos mais integrados, complexos e completos, considerando a educabilidade humana em sua múltipla dimensionalidade” (Santa Catarina, 2014, p. 26).

O Currículo Base do Território Catarinense (CBTC) está estruturado e dividido em 492 páginas:

Apresentação; Introdução; no item 1 trata A Diversidade como Princípio Formativo na Educação Básica: Educação Ambiental Formal, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação de Pessoas Jovens Adultas e Idosas (EJA), Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; no item 2 menciona a Educação Infantil: Texto Introdutório, Educação Infantil no Território Catarinense, Organizadores Curriculares; no item 3 faz menção à Alfabetização: O processo de Alfabetização e Letramento; e o item 4 trata da Área, ficando assim postos: Linguagens: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa; 89 Matemática: Matemática; Ciências da Natureza: Ciências da Natureza; Área das Ciências Humanas: geografia e História; e, por fim, Área de Ensino Religioso, abordando o Ensino Religioso (Santa Catarina, 2019).

Ao analisar os impactos decorrentes da implantação do Novo Ensino Médio nas escolas públicas brasileiras, observa-se a importância da educação para a diversidade e juventude, haja vista que, na escola, existe uma multiplicidade de culturas.

Neste sentido, torna-se fundamental compreender as transformações estruturais que moldaram o novo currículo do Ensino Médio, implantando novos componentes curriculares tais como: projeto de vida, componentes curriculares, eletivas, segunda língua estrangeira e trilhas, e estabelecendo novas relações de aprendizagem na formação de sujeitos e na mediação de conhecimentos com a realidade socioeconômica e cultural brasileira.

“A flexibilização curricular, proposta pelos itinerários formativos, é uma importante ferramenta para “dar voz” aos estudantes, tendo como eixo seus projetos de vida, ampliando-lhes o leque de possibilidades e de repertórios culturais” (Santa Catarina, 2021, p. 23).

A Base Nacional Curricular Comum apresenta, em seu contexto, as competências a serem trabalhadas, com as mesmas vigorando a partir de 2019, trazendo um novo olhar sobre a educação, (Brasil, 2019). Este olhar enfatiza um processo de ensino e aprendizagem dinâmicos, sem deixar de lado as práticas

pedagógicas que promovem um processo exitoso, valorizando a perspectiva histórico-cultural (Pimenta, 2019).

Essa concepção, denominada 'educação integral' sob uma perspectiva histórico-cultural, inclui “a emancipação, a autonomia e a liberdade como pressupostos para uma cidadania ativa e crítica, que possibilite o desenvolvimento humano pleno e a apropriação crítica do conhecimento e da cultura (Santa Catarina, 2014, p. 26).

A construção deste currículo, alicerçado pela BNCC, foi pensada visando a garantia da mobilização necessária para a participação das entidades representativas (Brasil, , 2019). Nessa perspectiva, os trabalhos ocorreram alinhados com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/SC), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/SC), a Federação Catarinense de Municípios (FECAM/SC), o Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) e a Secretaria de Estado da Educação (SED/SC).

O Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBTC-EM) foi organizado em seis cadernos. Cada um com suas especificidades, sendo eles: Caderno 1 – disposições gerais, textos introdutórios e gerais do Currículo Base do Ensino Médio do currículo base do Ensino Médio do Território Catarinense; Caderno 2-“Formação Geral Básica” - integra o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBTCem), caderno representa a segunda sessão do documento, que compreende os textos referentes à Formação Geral Básica do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, organizado em quatro áreas do conhecimento, que integram diferentes componentes curriculares.

Caderno 3 – Parte Flexível do Currículo: portfólio de Trilhas de Aprofundamento que fazem parte dos Itinerários Formativos no Território Catarinense; Caderno 4 – Portfólio dos Educadores: componentes curriculares eletivos, construindo e ampliando saberes; Caderno 5 – Trilhas de aprofundamento da educação profissional e tecnológica e o caderno denominado Roteiros Pedagógicos do Componente Projeto de Vida. Caderno 6-Trilhas de Aprofundamento Formação Docente - Curso Normal em Nível Médio - Magistério

Assim, também a Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, e trata, no seu inciso terceiro do Art. 13, do currículo e de suas formas de organização, salientando a necessidade de organização de um percurso formativo, aberto e contextualizado,

construído em função das peculiaridades do meio, das características, interesses e necessidades dos estudantes.

Ainda na Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, o texto indica os princípios que devem ser assegurados na elaboração dos projetos pedagógicos de escolas de educação básica:

§ 1º O currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não-formais.

§ 2º Na organização da proposta curricular, deve-se assegurar o entendimento de currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos.

§ 3º A organização do percurso formativo, aberto e contextualizado, deve ser construída em função das peculiaridades do meio e das características, interesses e necessidades dos estudantes, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais

§ 4º A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático pedagógico em que temas e eixos temáticos são integrados às disciplinas e às áreas ditas convencionais, de forma a estarem presentes em todas elas.

§ 5º A transversalidade difere da interdisciplinaridade e ambas se complementam, rejeitando a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado.

§ 6º A transversalidade refere-se à dimensão didático-pedagógica, e a interdisciplinaridade, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento (Brasil, 2010, p. 2).

Posteriormente, em 21 de novembro de 2018, a Resolução CNE/CEB nº 3 atualizava as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, expressando, em seu Art. 5, a necessidade de se observar: os princípios de formação integral; o projeto de vida como estratégia de reflexão sobre a trajetória escolar; a pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos recursos, entre outros". Essas duas indicações normativas, somadas à aprovação, em dezembro de 2018, da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, provocaram um intenso debate acerca da reorganização curricular proposta para a etapa atual da educação básica.

Pensando em elucidar a importância do atendimento às novas necessidades de formação dos jovens e à diversidade de expectativas das diferentes juventudes, a BNCC-2017 defende uma escola comprometida com a educação integral dos estudantes.

Neste continuum, é preciso privilegiar práticas pedagógicas que permitam aos estudantes do Ensino Médio reconhecerem e explorar seus próprios modos de pensar, bem como as estratégias que empregam em situações cotidianas, seja para resolver problemas, seja para interagir com seus pares e com outras pessoas, ou, ainda, para agir nas diversas e complexas situações de seu cotidiano, mobilizando os diversos conhecimentos (Santa Catarina, 2021, p. 23).

Embora a Reforma de 2017 tenha buscado modernizar o Ensino Médio, autores como Lopes (2019) e Saviani (2019) alertam para possíveis consequências negativas. O foco em demandas imediatas do mercado de trabalho pode desvalorizar uma formação crítica e integral. Além disso, a desigualdade na oferta de itinerários formativos entre regiões compromete o acesso equitativo à educação de qualidade.

4 A IMPORTÂNCIA DOS PLANOS DE GESTÃO ESCOLAR 2024-2027 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA: CONCEITOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS MUDANÇAS DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO

Neste capítulo, exploraremos a trajetória histórica que culminou no atual processo de escolha dos gestores das escolas públicas estaduais de Santa Catarina, que é feita pela comunidade escolar, através dos das escolhas dos Planos de Gestão Escolar (PGEs) implantados via Decreto número 1.794 do Governo do Estado no ano de 2013. Segundo LIBÂNEO (2004),

"A gestão democrática do ensino público exige a participação efetiva da comunidade escolar nas decisões pedagógicas e administrativas. Isso significa criar mecanismos institucionais que garantam a autonomia da escola, fortalecendo a participação dos professores, estudantes e pais. A democratização da gestão escolar está diretamente ligada à construção de uma educação de qualidade socialmente referenciada, que respeite a diversidade e promova a equidade." (LIBÂNEO, 2004, p. 87).

No Estado de Santa Catarina, a gestão das escolas públicas envolve uma complexa articulação entre as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação (SED) e as especificidades de cada comunidade escolar. A evolução do processo de escolha dos diretores é parte de um esforço para alinhar a liderança escolar com os princípios da transparência, eficiência, e representatividade, promovendo, assim, uma gestão mais participativa e alinhada às necessidades locais.

O Quadro 3 traz um resumo cronológico de marcos legais que impactaram a gestão escolar no Estado de Santa Catarina, destacando as principais leis e suas funções no processo de implantação e mudanças na escolha e funções de diretores escolares ao longo das décadas.

Quadro 3 - Documentos da implantação gestão escolar em Santa Catarina

DATA	DOCUMENTOS	FUNÇÃO
10 de dezembro de 1948	Lei nº 234	Cria a carreira de Diretor de Grupo Escolar, determinando que o ingresso na carreira fosse feito por Concurso de Títulos e Provas

16 de fevereiro de 1970	Lei nº 4.425	Altera os gestores das escolas públicas estaduais catarinenses eram indicados, através da livre escolha do governador
12 de dezembro de 1985	Lei nº 6.709	Altera lei que instituiu eleições e estabeleceu normas para a escolha de diretores das escolas públicas estaduais.
26 de julho de 1990	Lei nº 8.040	Dispõe sobre as funções de direção de escolas públicas, forma de escolha de diretores e dá outras providências
09/7 de agosto de 1998	LC 170	A educação escolar, no Estado de Santa Catarina, obedece aos seguintes princípios: [...] VI - gestão democrática do ensino, na forma desta Lei Complementar e da legislação específica
20115 de outubro de 2013	Decreto nº 1794	Dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades.
2021 2 de setembro de 2023	Decreto nº 273	Dispõe sobre a gestão escolar democrática da educação básica e profissional da Rede Estadual de Ensino

Fonte: Santa Catarina (2024b).

Segundo o site Palma na Mão (2023), a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina é responsável pela administração de uma vasta rede composta por 1.278 escolas, que atendem aproximadamente 523.417 alunos matriculados desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Essa rede estadual é coordenada através de 37 unidades regionais, denominadas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), que desempenham um papel crucial no suporte administrativo, pedagógico e logístico às escolas sob sua jurisdição.

O Quadro 04 demonstra como as CREs estão divididas para a articulação entre a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (SED) e as Coordenadoria Regionais de Educação (CREs), fundamental para garantir a

implementação eficaz das políticas educacionais e para promover uma educação de qualidade que atenda às demandas de todos os estudantes no estado

Quadro 4 - Coordenadoria Regionais de Educação e seus municípios de abrangência

Nº	REGIONAL	MUNICÍPIOS
CRE 01	SÃO MIGUEL DO OESTE	Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Paraíso, São Miguel do Oeste.
CRE 02	MARAVILHA	Bom Jesus do Oeste, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Pinhalzinho, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil e Tigrinhos.
CRE 03	SÃO LOURENÇO DO OESTE	Campo Erê, Coronel Martins, Galvão, Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino, São Lourenço do Oeste.
CRE 04	CHAPECÓ	Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba e Planalto Alegre.
CRE 05	XANXERÊ	Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuacu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.
CRE 06	CONCÓRDIA	Alto Bela Vista, Concórdia, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba e Presidente Castello Branco.
CRE 07	JOAÇABA	Água Doce, Capinzal, Catanduvás, Erval Velho, Herval d' Oeste, Ibicaré, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tílias e Vargem Bonita.
CRE 08	CAMPOS NOVOS	Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Celso Ramos, Ibiam, Monte Carlo, Vargem e Zortéa.
CRE 09	VIDEIRA	Arroio Trinta, Fraiburgo, Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará e Videira.

CRE 10	CAÇADOR	Caçador, Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas e Timbó Grande.
CRE 11	CURITIBANOS	Curitibanos, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul.
CRE 12	RIO DO SUL	Agrolândia, Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Rio do Oeste, Rio do Sul e Trombudo Central.
CRE 13	ITUPORANGA	Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos.
CRE 14	IBIRAMA	Apiúna, Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Lontras, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meirelles e Witmarsum.
CRE 15	BLUMENAU	Blumenau, Gaspar, Ilhota, Luiz Alves e Pomerode.
CRE 16	BRUSQUE	Botuverá, Brusque, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas.
CRE 17	ITAJAÍ	Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo.
CRE 18	GRANDE FPODIS	Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz,
CRE 19	LAGUNA	Garopaba, Imaruí, Imbituba, Laguna, Paulo Lopes e Pescaria Brava.
CRE 20	TUBARÃO	Capivari de Baixo, Gravatal, Jaguaruna, Pedras Grandes, Sangão, Treze de Maio e Tubarão.
CRE 21	CRICIÚMA	Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.
CRE 22	ARARANGUÁ	Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia

		Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.
CRE 23	JOINVILLE	Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Garuva, Itapoá, Joinville, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú.
CRE 24	JARAGUÁ DO SUL	Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba e Schroeder
CRE 25	SÃO BENTO	Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul.
CRE 26	CANOINHAS	Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras.
CRE 27	LAGES	Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta e São José do Cerrito.
CRE 28	SÃO JOAQUIM	Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, São Joaquim, Urubici e Urupema.
CRE 29	PALMITOS	Águas de Chapecó, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Mondai, Palmitos, Riqueza e São Carlos.
CRE 30	DIONÍSIO CERQUEIRA	Anchieta, Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Palma Sola, Princesa e São José do Cedro.
CRE 31	ITAPIRANGA	Iporã do Oeste, Itapiranga, Santa Helena, São João do Oeste e Tunápolis.
CRE 32	QUILOMBO	Quilombo, Santiago do Sul, Formosa do Sul, União do Oeste, Irati e Jardinópolis.
CRE 33	SEARA	Arabutã, Arvoredo, Ipumirim, Itá, Lindóia do Sul, Paial, Seara e Xavantina.
CRE 34	TAIÓ	Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete, Santa Terezinha e Taió.

CRE 35	TIMBÓ	Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.
CRE 36	BRAÇO DO NORTE	Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho.
CRE 37	MAFRA	Itaiópolis, Mafra, Monte Castelo e Papanduva.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025

No Quadro 4 podemos observar que todos os municípios do Estado de Santa Catarina são ligados a uma Coordenadoria de Educação regionalizada.

A história da gestão das escolas públicas estaduais de Santa Catarina sempre foi associada à política do estado, ou seja, é marcada pelo autoritarismo, domínio político, disputas e rivalidades entre partidos políticos, elitismo, e favorecimentos políticos. A elite industrial e agrária sempre foi representada e teve seus interesses assegurados (Duwe, 2015)

Entre os anos de 1948 e 1970”, o acesso à função se deu por meio de concurso público. “A lei 234 de 10 de dezembro de 1948 criara a carreira de Diretor de Grupo Escolar, determinando que o ingresso na carreira fosse feito por Concurso de Títulos e Provas (Art. 2º)” (Daros, 1999, p. 91). Os concursos públicos deixaram de existir a partir de 1970 (Lei 4.424 de 16/02/1970).

Daros (1999) destaca que, no início dos anos 1980, os gestores das escolas públicas estaduais catarinenses eram indicados pela livre escolha do governador, por meio da Lei nº 4.425 de 16 de fevereiro de 1970. Nas décadas de 1980 e 1990 em Santa Catarina a indicação dos gestores de escola era feita, através de indicações políticas partidárias para que esses grupos pudessem indicar ao cargo de gestor escolar os seus filiados políticos.

O Plano Estadual de Educação (1985-1988), elaborado durante o Governo Esperidião Amin (1983-1987), foi estruturado em seis áreas de atuação: “Ensino; Assistência ao Educando; Organização e Participação Comunitária; Ecologia; Educação e os meios de Comunicação Social e Administração do Sistema” (Nuernberg, 2014)

Em relação à democratização da gestão escolar, um importante avanço foi a

promulgação da Lei nº 6.709, de 12 de dezembro de 1985, que instituiu eleições e estabeleceu normas para a escolha de diretores das escolas públicas estaduais. O governo de Pedro Ivo Campos (1987-1990) questionou a constitucionalidade da lei e obteve ganho de causa, voltando à indicação política para preenchimento dos cargos.

Durante o governo de Casildo Maldaner (1991) foi aprovada uma nova legislação, a Lei 8.040, de 26 de julho de 1990, que “dispõe sobre as funções de direção de escolas públicas, forma de escolha de diretores e dá outras providências”

No governo de Wilson Pedro Kleinübing (1991 a 1994), já primeiro ano de mandato, o então governador solicitou a suspensão da Lei 8.040, acabando com a eleição para diretores” (Borin, 2017, p. 135) , e a escolha do diretor via indicação político-partidária retornou.

Com a publicação da LDB 9.394/96, em seu art. 14, a gestão democrática passou a ter espaço na legislação brasileira:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;
- III - participação das comunidades escolar e local e de um representante do governo em conselhos escolares. Em Santa Catarina publicou a Lei Complementar n. 170, de 7 de agosto de 1998 o artigo 3º: “A educação escolar, no Estado de Santa Catarina, obedece aos seguintes princípios: [...]
- VI - gestão democrática do ensino, na forma desta Lei Complementar e da legislação específica” (Santa Catarina, 1998).

O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina PEE/SC de 2004, em sua meta 14, contemplava o “Financiamento e a Gestão” da educação no Estado. Em seus “Objetivos e Metas”, a primeira estratégia destaca a eleição de diretores. A partir da aprovação deste Plano, institui-se a eleição para diretores na rede pública de ensino, com os seguintes critérios:

1. Ser integrante do quadro efetivo do magistério.
2. Ter, no mínimo, dois anos de atuação na unidade escolar.
3. Possuir, no mínimo, cinco anos de experiência no magistério público.
4. Detentar licenciatura plena.
5. Garantir a oferta do curso de capacitação PROGESTÃO para os diretores eleitos durante o primeiro ano de gestão.
6. Estabelecer um mandato de dois anos, permitindo uma única reeleição.
7. Realizar votação paritária entre os segmentos da escola, com a

seguinte proporção: alunos 33%, trabalhadores em educação em exercício na unidade escolar 33%, e pais 33% (Santa Catarina, 2004, p. 122-123).

Porém, a eleição de diretores não foi concretizada nas escolas públicas Estaduais de Santa Catarina, e a escolha do diretor da escola ainda estava sendo feita por indicação do governador.

Quadro 5 - Fluxo da forma de ocupação do cargo de diretor de escola em Santa Catarina

Concurso Público	Indicação Política	Escolha de Planos de Gestão Escolar	Escolha de Planos de Gestão Escolar e Indicação Política
1948 a 1970	1970 a 1985 1991 a 2013	2013 a 2023	2024 a 2027

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A alteração no processo de seleção dos gestores no Estado de Santa Catarina deu-se por meio do Decreto nº 1.794/2013, de 15 de outubro de 2013. O decreto estabelece diretrizes para a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional na Rede Estadual de Ensino, em todos os níveis e modalidades, introduz um novo método de escolha dos gestores, baseado no Plano de Gestão Escolar (Santa Catarina, 2013). Para o governo, esta forma de escolha de gestores supostamente colocaria fim nas indicações políticas para o cargo. Somente os candidatos que se enquadraram nos critérios puderam se inscrever na plataforma WEBGESC, os quais tiveram seus planos analisados por consultores ad hoc e, após aprovação, foram submetidos à escolha da comunidade escolar (Santa Catarina, 2013).

Quadro 6 - Documentos da Implementação dos Planos de Gestão em Santa Catarina

Ano	Documento	Data da Publicação	Objetivo
2013	Decreto nº 1794	15/10/2013	Dispõe sobre a Gestão Escolar

			da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades.
2015	Decreto nº 243 01/07/2015	01/07/2015	Altera o Decreto nº 1.794, de 2013, que dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino em todos os níveis e modalidades
2015	Decreto nº 284 03/08/2015	03/08/2015	Altera o art. 9º do Decreto nº 1.794, de 2013, que dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades.
2015	Decreto nº 307 17/08/2015	17/08/2015	Altera o Decreto nº 1.794, de 2013, que dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades.
2015	Decreto nº 359 09/09/2015	09/09/2015	Altera o Decreto nº 1.794, de 2013, que dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades.
2015	Portaria nº 24/SED 02/07/2015	02/07/2015	Regulamenta o processo de seleção dos Planos de Gestão das Unidades Escolares da Educação Básica e Profissional da rede estadual de educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, e o exercício da função de diretor

			de escola.
2017	Decreto nº 1.281, de 28 de agosto de 2017	28 de agosto de 2017	Altera os arts. 9º, 10 e 11 do Decreto nº 1.794, de 2013, que dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional
2019	Decreto nº 194, de 31 de julho de 2019	e 31 de julho de 2019	Decreto nº 194, de 31 de julho de 2019. Dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e profissional da Rede Estadual de Ensino
2019	Portaria SED nº 1.434, de 06 agosto de 2019	06 agosto de 2019	Portaria nº 1.434/SED, de 06/08/2019. Regulamenta o processo de escolha de Plano de Gestão Escolar (PGE) nas Unidades Escolares da Educação Básica e Profissional da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, em todos os níveis e modalidades de ensino,
2023	Decreto nº 273, de 12 de setembro de 2023	12 de setembro de 2023	Dispõe sobre a gestão escolar democrática da educação básica e profissional da Rede Estadual de Ensino.

Fonte: Santa Catarina (2024b).

A exemplo do processo de escolha do PGE realizado em anos anteriores, no processo 2023, o proponente deveria seguir as orientações e o roteiro preestabelecidos pelo edital nº 2711, de 05 de outubro de 2023 como pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 7 - Elementos basilares para a construção do PGE (2023 a 2027)

1-Identificação do	Matrícula
--------------------	-----------

Proponente	<p>Nome Data de nascimento CPF Endereço residencial Telefone E-mail</p>
2- Identificação da Unidade escolar e indicadores Educacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Nome da unidade escolar; - Coordenadoria Regional de Educação a que pertence - Município - Endereço - Níveis e modalidades de ensino ofertados - Quantidade de turmas por etapas, modalidades de educação e turno de funcionamento - Quantidade de professores em exercício da docência Efetivos e Temporários) - Quantidade de professores em outras atividades na escola - Quantidade de servidores. - Indicadores e metas de acompanhamento e avaliação do PGE.
3- Formação acadêmica do proponente	<p>Neste campo, o proponente poderá incluir toda sua formação profissional, graduação(ões) e pós-graduação(ões).</p>
O Plano de Gestão Escolar-(PGE	<ul style="list-style-type: none"> ● Título do Plano de Gestão Escolar ● Introdução; ● Objetivo Geral; ● Diagnóstico da Unidade Escolar, a partir dos indicadores e demais aspectos da Unidade Escolar; ● Plano de Ação (Indicador, Metas, objetivos e ações, a partir dos indicadores e demais aspectos da Unidade Escolar); ● Avaliação do Plano; ● Considerações Finais; ● Referências

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Edital nº 2711, de 05 de outubro de 2023

Abordamos a evolução da gestão escolar em Santa Catarina, destacando os marcos legais e mudanças nas formas de escolha dos gestores escolares, desde a criação da carreira de diretor de grupo escolar em 1948 até a implantação dos Planos de Gestão Escolar (PGEs) em 2013.

A implementação do Decreto nº 1794/2013 foi um marco importante,

estabelecendo um processo de escolha mais transparente e focado em planos de gestão, além da regulamentação de critérios e formações para os gestores.

A reflexão sobre essas mudanças prepara o caminho para o próximo capítulo, que tratará da análise da implementação dos Planos de Gestão Escolar 2024-2027 nas escolas da CRE de Florianópolis e seus impactos no currículo do Ensino Médio.

5 METODOLOGIA

Esta dissertação adota uma abordagem qualitativa, com foco na Análise de Conteúdo, conforme os pressupostos teóricos de Bardin (2015). Este método permite realizar uma leitura interpretativa e sistemática dos documentos selecionados, considerando suas características temáticas e contextuais, o que possibilita compreender como as diretrizes de gestão escolar abordam o currículo do Ensino Médio e respondem às demandas educacionais contemporâneas.

A principal fonte de dados da pesquisa são os Planos de Gestão Escolar (PGEs) das escolas estaduais sob a responsabilidade da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Florianópolis, referentes ao período de 2024-2027. A seleção desses documentos foi orientada por critérios que visaram assegurar representatividade. Um plano de gestão escolar foi selecionado por município pertencente à CRE de Florianópolis. Os municípios incluídos são: Angelina, Anitápolis, Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Florianópolis, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, São Bonifácio e Rancho Queimado. Em municípios com mais de uma escola estadual que ofertam o Ensino Médio foi selecionada a instituição que oferta e possui o maior número de matrículas nesse nível de ensino. Com base nesses critérios, foram escolhidos 13 Planos de Gestão Escolar. Esses documentos, elaborados e aprovados pelas comunidades escolares em 2023, entraram em vigor em 2024 e têm vigência até 2027.

A análise dos dados seguiu os procedimentos metodológicos descritos por Bardin (2015), organizados em três etapas principais: Pré-análise, Exploração do material, Tratamento dos resultados e interpretação.

Os documentos utilizados são de domínio público, uma vez que os Planos de Gestão Escolar representam diretrizes aprovadas e acessíveis no site da Secretaria Estadual de Educação. No entanto, para garantir a imparcialidade da análise e preservar a privacidade, os nomes das escolas e diretores foram omitidos na apresentação dos resultados. Dessa forma, o foco permanece no conteúdo técnico e em sua relevância para os objetivos da pesquisa.

Além disso, na abordagem metodológica, foi empregada a análise de conteúdo. Conforme Bardin (2015), a análise de conteúdo é definida como um

conjunto de técnicas destinadas à análise das comunicações, com o objetivo de obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, uma descrição do conteúdo das mensagens. Esses procedimentos fornecem indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos a partir das mensagens analisadas. É importante observar que a análise de conteúdo aplicada à pesquisa deve obedecer a algumas fases, que, “[...] tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin, 2016, p. 125).

5.1 Procedimentos, instrumentos e técnicas de coleta de dados

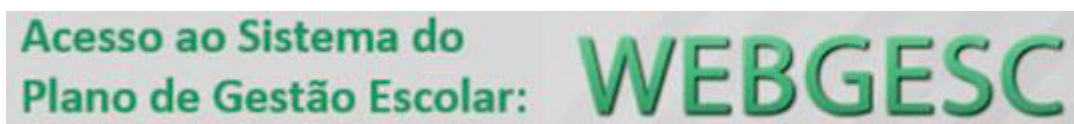
Foram selecionados os Planos de Gestão Escolar (2024-2027) das escolas pertencentes à Coordenação Regional de Educação de Florianópolis com maior número de alunos matriculados no Ensino Médio por município. Esses documentos são acessados a partir dos arquivos disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação do Estado de Santa Catarina

O corpus da análise compreende os trechos dos planos que abordam diretamente a reorganização do Ensino Médio, como objetivos estratégicos, metas, ações pedagógicas e articulação curricular.

Os critérios de seleção foram os planos postados para o período de 2024-2027 e alinhados às diretrizes educacionais nacionais incluídos no estudo.

Os planos de gestão escolar estão disponíveis para consulta pública no WEBGESC, de onde foram coletados no primeiro semestre de 2024. A plataforma e a versão analisada podem ser observadas na Figura 4.

Figura 4 - Campo de coleta dos PGEs e versão do documento analisada



Fonte: Santa Catarina (2024b).

Quadro 8 - Municípios envolvidos na pesquisa e, número de alunos matriculados por escola etapa oferecida

PGE	Município	Nº de alunos matriculados na escola	Nº de alunos matriculados no Ensino Médio	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
PGE1	Águas Mornas	128	128		x	x
PGE2	Anitápolis	132	132		x	x
PGE3	Angelina	412	118	x	x	x
PGE4	Antônio Carlos	1.413	467	x	x	x
PGE5	Biguaçu	892	887			x
PGE6	Florianópolis	2.237	1.650	x	x	x
PGE7	Governador Celso Ramos		362		x	x
PGE8	Palhoça	1.628	1.628			x
PGE9	Rancho Queimado	218	91		x	x
PGE10	Santo Amaro da Imperatriz	586	586		x	x
PGE 11	São Bonifácio	305	113	x	x	x
PGE12	São José	1.332	1.332			x
PGE13	São Pedro de Alcântara	601	211	x	x	x

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do SISGESC, ano 2024

5.2 Procedimentos, técnicas e sistemas utilizados para análise de dados

A pré-análise “é a fase de organização propriamente dita” (Bardin, 2015).

Nessa fase, acontece a leitura flutuante, cujo propósito é “estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 2015). Nessa fase, realizamos as primeiras leituras sobre a temática em estudo, sobre os Planos de Gestão Escolar das escolas estaduais de Santa Catarina e sobre os documentos que implementaram e orientaram a elaboração dos Planos, bem como as diretrizes da implantação das mudanças do Ensino Médio.

Nesta fase, buscamos a seleção e a organização do *corpus* dos documentos. Para Bardin (2015), “O corpus” é o conjunto dos documentos obtidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras”. As regras da autora são: *exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência*.

Ao utilizarmos a regra da *exaustividade*, considerando todos os elementos envolvidos nos documentos para análise, decidimos que seriam selecionados Planos de Gestão Escolar escolhidos no ano 2023 nas escolas estaduais da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis em vigência nas escolas no período de 2024 a 2027.

Em 2023, período em que iniciamos a pesquisa, 1.073 escolas integravam a rede estadual de ensino do Estado de Santa Catarina. Levando em consideração o número de escolas, optamos para realizar a pesquisa por meio de uma amostra, utilizamos a regra da representatividade e, como critério, a área de abrangência da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis.

A CRE de Florianópolis é a maior Coordenadoria de Educação do Estado, com 80 mil alunos e 114 escolas, está localizada na Capital do Estado de Santa Catarina e engloba 13 municípios sob sua coordenação, conforme indicado no Quadro 9 e Figura 3.

Quadro 9 - Municípios da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis

CRE 18	FLORIANÓPOLIS	Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, São Pedro de Alcântara.
--------	---------------	---

Quadro 10 - Planos de Gestão Escolares Selecionados

Plano de Gestão	Páginas que compõem o documento	Total de alunos matriculados no Ensino Médio	Municípios
PGE1	01 a 08	128	Águas Mornas
PGE2	01 a 16	132	Anitápolis
PGE3	01 a 11	118	Angelina
PGE4	01 a 14	467	Antônio Carlos
PGE5	01 a 13	887	Biguaçu
PGE6	01 a 14	1.650	Florianópolis
PGE7	01 a 15	362	Governador Celso Ramos
PGE8	01 a 22	1.628	Palhoça
PGE9	01 a 21	91	Rancho Queimado
PGE10	01 a 24	586	Santo Amaro da Imperatriz
PGE 11	01 a 24	113	São Bonifácio
PGE12	01 a 13	1.332	São José
PGE13	01 a 20	211	São Pedro de Alcântara
13	158	7.405	13

Fonte: Elaboração da autora a partir dos PGEs selecionados, 2025.

Nesse sentido, considerando as regras da representatividade e da homogeneidade, definimos a amostra, representada por 13 Planos de Gestão Escolar, os quais estão ordenados como ilustrado no Quadro 10.

O estudo deve seguir os preceitos da pesquisa qualitativa, pois pretende-se analisar 13 planos de gestão escolar das Escolas Estaduais da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis - SC, que ofertam o Ensino Médio. Como critério de preservação da identidade das escolas, bem como dos servidores que elaboraram os planos, optamos por utilizar durante a análise um código representativo para cada um. Esse código será composto pela letra PGE (Plano de Gestão Escolar), seguida de um número, de 1 a 13, conforme número de planos selecionados, que foi distribuído para não expor o nome das escolas no decorrer da pesquisa. Posteriormente, confeccionou-se uma tabela para auxiliar durante a análise.

Após a seleção inicial, aplicamos o critério de pertinência, que determina que os documentos escolhidos, neste caso os PGEs, devem estar alinhados com as informações e os objetivos da pesquisa (Bardin, 2015). O próximo passo foi verificar se os PGEs selecionados realmente atendiam aos propósitos da nossa análise. Com a leitura dos documentos concluída, passamos para a segunda etapa.

Após a seleção do material para compor o *corpus* da pesquisa e das definições dos demais elementos que integram o campo a ser pesquisado, foi realizada a análise dos Planos de Gestão Escolar, ou seja, considerando os objetivos e o problema da pesquisa, o material selecionado foi decodificado. De acordo com a metodologia selecionada, essa fase corresponde à transformação “dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo [...]” (Bardin, 2015).

Foi realizada uma leitura do material, considerando as estruturas dos Planos de Gestão Escolar. Os PGEs atendem às estruturas e à organização apresentadas pelo edital nº 2711, de 05 de outubro de 2023, que estabelece orientações para a elaboração desses Planos de Gestão Escolar para as escolas do Estado de Santa Catarina. Utilizamos a parte da introdução, objetivo e a dimensão pedagógica dos planos.

De acordo com as orientações de Silva e Fossá (2015), fundamentadas nos estudos de Bardin sobre a metodologia de análise de conteúdo, organizamos a exploração do material. Para isso, foram criados quadros que agrupam as informações de acordo com as temáticas mencionadas anteriormente.

Desse modo, identificamos os elementos presentes na dimensão pedagógica em cada um dos PGEs selecionados. Em seguida, reunimos as informações encontradas em categorias iniciais, intermediárias e finais. Os Quadros 10 e 11 a seguir representam a organização dos dados e a elaboração em sequência das categorias, conforme as orientações metodológicas de Silva e Fossá (2015).

Quadro 11 - Categorias iniciais

Nº	Categorias Iniciais
01	Currículo
02	Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina
03	Base Nacional Comum Curricular
04	Currículo Base do Território Catarinense
05	Metodologias ativas
06	Dia da Família na Escola
07	Avaliação dos alunos
08	Enem
09	Gestão democrática
10	Festa Junina
11	Educação Ambiental
12	Materialismo histórico-dialético
13	Sociointeracionista
14	Universidades
15	Universidades parceiras
16	Bullying na escola

Fonte: Elaborado pelos autora, 2025

Com vistas a refinar a análise dos dados, o agrupamento progressivo das categorias iniciais resultou na emergência das categorias intermediárias, as quais são apresentadas na seção que segue. A aglutinação das primeiras quatro categorias iniciais originará a primeira categoria intermediária.

Quadro 12 - Categoria intermediária

Nº	categoria Intermediária	Categorias Iniciais
01	Currículo e Metodologia	Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, Base Nacional Comum Curricular, Materialismo histórico-dialético, Metodologias ativas, Sociointeracionista,
02	Infraestrutura Escolar	Melhorar a acessibilidade e uma reforma geral que contemple a construção de uma quadra coberta ou um ginásio de esportes,
03	Capacitação e Valorização Docente	Formação Continuada,
04	Participação da Comunidade Escola	Festa Junina, Dia da Família na Escola
05	Gestão e Políticas Educacionais	Gestão democrática, gestão democrática e participativa
06	Ensino Médio	Enem, Universidades parceiras

Fonte: Elaborado pelos autora, 2025

Quadro 13 - Categoria final

Nº	Categoria Final	Categoria Intermediária
01	Dimensão pedagógica	Currículo e Metodologia
02	Infraestrutura Escolar	Infraestrutura Escolar
03	Valorização Docente	Capacitação e Valorização Docente
04	Gestão Participativa	Participação da Comunidade Escola, Gestão e Políticas Educacionais
05		Ensino Médio

Fonte: Elaborado pelos autora, 2025.

De forma sintética, o fluxo metodológico consistiu em analisar os Planos de Gestão Escolar (PGEs) das escolas estaduais da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Florianópolis, com o objetivo de compreender como os PGEs abordam o currículo do Ensino Médio diante das mudanças trazidas pela Reforma

do Ensino Médio. Foram utilizados métodos de pesquisa bibliográfica e documental para analisar o estado da arte, além de examinar livros, documentos e leis nacionais e estaduais pertinentes à gestão escolar e aos planos de gestão nas escolas públicas de Santa Catarina. Utilizamos uma abordagem qualitativa, voltada à interpretação dos significados subjacentes nos documentos analisados. Foi aplicado o método de Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2015), estruturado em três fases principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, conforme expresso no Quadro 14.

Quadro 14 - Etapas da Pesquisa

Etapas
Levantamento e seleção dos PGEs das escolas estaduais sob a jurisdição da CRE de Florianópolis
Leitura exploratória dos PGEs para identificar temas relacionados à implementação curricular e estratégias
Análise detalhada dos conteúdos dos PGEs utilizando a metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2015).
Sistematização dos achados e interpretação dos dados à luz do referencial teórico sobre gestão escolar e reforma educacional.

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

A partir das categorias finais expressas no Quadro 13, procedemos à apresentação e discussão dos achados da pesquisa e do quadro teórico da pesquisa.

6 DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA

Inicialmente, a coleta de dados foi pensada e desenvolvida através dos planos gestores de 20024-2027 disponíveis no site oficial da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, protocolados no período eleitoral de 2023, pautados na gestão democrática. Após esta etapa, foi realizada a pesquisa e a análise de dados em relação à reorganização do Ensino Médio no período dessa gestão, conforme quadros abaixo.

6.1 Planos de gestão que contemplem os conteúdos conforme determinações pela legislação vigente.

Na sequência, serão apresentados os dados da pesquisa referente aos conteúdos do Ensino Médio contemplados no plano de gestão.

A organização curricular das escolas deve estar alinhada às diretrizes nacionais e estaduais para garantir uma formação sólida e coerente com as exigências educacionais contemporâneas. O Quadro 15 apresenta um levantamento dos planos de gestão que contemplem os conteúdos conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, documentos fundamentais para a estruturação do ensino.

Quadro 15 - Planos de gestão que contemplem os conteúdos conforme Base Nacional Curricular Comum e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense

Nome da escola	Integração de disciplinas
(PGE1)	Os conteúdos estão em consonância com as novas orientações da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.
(PGE2)	Os conteúdos curriculares possuem alicerce na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, sempre norteada pelo Currículo Base do Território Catarinense e Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.
(PGE3)	Os conteúdos estão em consonância com a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e na Base Nacional Comum Curricular.
(PGE4)	Os conteúdos curriculares são pautados na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, no currículo Base

	Nacional Comum Curricular e Currículo Base do Território Catarinense.
(PGE5)	O Plano de Gestão não contemplou esse item.
(PGE6)	Os conteúdos estão em consonância com Base Nacional Curricular Comum, na Proposta curricular de Santa Catarina e no Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.
(PGE7)	Os conteúdos estão em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais, Lei de Diretrizes e Base e Proposta Curricular de Santa Catarina
(PGE8)	O plano de Gestão não contemplou esse item.
(PGE9)	Os conteúdos estão em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense
(PGE 10)	Os conteúdos curriculares estão pautados na Proposta Curricular de Santa Catarina e na Base Nacional Curricular Comum
(PGE11)	Os conteúdos curriculares trabalhados seguem a BNCC, o Currículo Base da Educação de Santa Catarina.
(PGE12)	Os conteúdos estão em consonância na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, no Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense e na Base Nacional Comum Curricular
(PGE13)	Os conteúdos estão em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio.

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

A análise dos dados apresentados no Quadro 15 evidencia que a maioria dos Planos de Gestão Escolar (PGEs) contemplam os conteúdos curriculares em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense. Dos 13 PGEs analisados, 11 mencionam explicitamente o alinhamento aos documentos normativos nacionais e estaduais, demonstrando um esforço das escolas em seguir as diretrizes educacionais vigentes. Ao fazer uma análise mais aprofundada dos 13 planos de gestão analisados, se percebe que apenas um deles (PGE7) citou a Lei de Diretrizes e Base de 1996, documento essencial que rege a educação brasileira, estabelecendo os princípios fundamentais para a formação escolar (Brasil, 1996). Em contrapartida, 10 PGEs fazem referência direta à BNCC, documento que define as competências e habilidades essenciais a serem

desenvolvidas pelos estudantes da educação básica (Brasil, 2017), e 11 PGEs mencionam o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, reforçando a aderência às diretrizes estaduais, e dois planos de gestão não apresentaram dentro dos planos de gestão os direcionamentos legais em relação ao conteúdo do Ensino Médio

Outro ponto relevante é a variação na forma como as escolas articulam os documentos normativos. Enquanto algumas enfatizam apenas a BNCC e o Currículo Base do Território Catarinense, outras incluem referências a documentos adicionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PGE7) e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (PGE2) que orientam a organização curricular das redes de ensino e promovem uma educação contextualizada e equitativa (Brasil, 2013). Essa diversidade na fundamentação curricular pode indicar diferentes interpretações e níveis de adaptação às diretrizes estabelecidas. Além disso, a análise sugere que a integração de disciplinas e a interdisciplinaridade, aspectos fundamentais para um Ensino Médio mais dinâmico e contextualizado (Morin, 2002), não foram amplamente detalhados nos PGEs analisados. A falta de especificidade sobre como os conteúdos estão sendo trabalhados dentro das escolas pode sinalizar desafios na implementação de metodologias inovadoras e na efetiva personalização dos itinerários formativos

Diante do exposto, é importante destacar que ainda há planos de gestão que contemplam o novo Ensino Médio e as adequações necessários pois, conforme cronograma estabelecido pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina na Resolução CEE/SC nº 093, de 14 de dezembro de 2020, o prazo para as escolas se adequarem à legislação vigente corresponde ao início do ano letivo de 2022, data para a implementação dos novos currículos no 1º ano (Santa Catarina, 2020). Já o prazo para tal no 2º ano do EM é o início do ano letivo de 2023 e para o 3º ano, 2024 (Santa Catarina, 2020). No entanto, a ausência de referenciais normativos em dois dos PGEs analisados evidencia a necessidade de uma maior articulação entre as diretrizes educacionais e os planos de gestão das escolas para garantir que a implementação ocorra de forma equitativa e eficaz em todo o território catarinense.

6.2 Flexibilidade curricular

A Reforma do EM prevê itinerários formativos diversificados (Brasil, 2017), mas 69% dos PGEs (9/13) não mencionam estratégias de flexibilização curricular. Dos 4 que abordam o tema, apenas 1 (PGE4) integra temas como educação quilombola e étnico-racial – alinhados à Lei 10.639/03 – enquanto outros se limitam a ações pontuais (ex.: musicalização em PGE13). Essa lacuna revela um desafio central: as escolas catarinenses ainda não incorporaram a flexibilidade como eixo estruturante, possivelmente por falta de formação docente ou recursos (Arroyo, 2017).

A flexibilização curricular é um princípio fundamental para atender às diversificadas demandas educacionais e sociais dos estudantes, permitindo uma formação mais contextualizada e alinhada às suas realidades e interesses. Esse conceito está diretamente relacionado às diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza a necessidade de itinerários formativos diversificados e integrados às especificidades locais e regionais (Brasil, 2018). O Quadro 16 apresenta um levantamento das escolas que contemplam esse aspecto em seus planos de gestão, destacando as iniciativas voltadas à ampliação dos conteúdos trabalhados no Ensino Médio.

Quadro 16 - Flexibilização das disciplinas

Nome da escola	Flexibilização Curricular
(PGE1)	Educação Sustentável, Educação Nutricional e Alimentar, Educação Ambiental, Empreendedorismo, Civismo e Respeito às Diversidades
(PGE2)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE3)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE4)	Educação Ambiental Formal, Educação para as Relações Étnico-Racial, Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Especial.
(PGE5)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE6)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE7)	Não contemplou esse item no plano de gestão.

(PGE8)	Temas multidisciplinares, interdisciplinaridade, na perspectiva do entendimento conceitual de homem, sociedade, de educação e de aprendizagem, visando à formação integral do sujeito.
(PGE9)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE 10)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE11)	. Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE12)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE13)	Inserção dos estudantes ao universo da música.

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

No que se refere às disciplinas citadas nos planos de gestão um dado bastante alto foi que nove escolas não citaram nenhum dado em relação a flexibilização das disciplinas no período analisado. Apenas uma escola citou musicalização como atividade complementar, enquanto três instituições inseriram novas abordagens curriculares, como educação inclusiva, quilombola e étnico-racial. Essas iniciativas estão alinhadas aos novos direcionamentos da educação nacional, que buscam promover a equidade, combater a discriminação e o racismo, e assegurar uma formação que contemple a diversidade sociocultural brasileira (Brasil, 2018).

A ausência de registros sobre flexibilização curricular na maioria dos planos de gestão sugere uma lacuna na adaptação das escolas às diretrizes do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que prevê itinerários formativos diversificados e uma organização curricular mais flexível. A flexibilização é essencial para uma educação contextualizada e democrática, permitindo que os estudantes construam trajetórias de aprendizagem alinhadas às suas realidades e interesses (Saviani, 2008).

Um dado muito importante que foi citado é a educação inclusiva, quilombola e étnico-racial atendendo nos novos direcionamentos da educação, visando erradicar o preconceito, a discriminação e o racismo, pois todos são iguais, com os mesmos direitos e deveres.

De acordo com Carvalho (2007), a educação inclusiva defende uma escola aberta a todos, proporcionando oportunidades iguais a todos os alunos, para que permaneçam e, principalmente, participem do processo de aprendizagem sendo autores de seu próprio conhecimento. Assim, é necessário repensar uma perspectiva educacional do Ensino Médio, pois o plano de gestão deixou uma lacuna na integração das disciplinas.

A inclusão da educação quilombola e étnico-racial nos planos de algumas escolas representa um avanço na luta contra desigualdades históricas. Segundo Munanga (2003), a escola tem papel fundamental na desconstrução do racismo estrutural, devendo garantir a valorização das identidades afro-brasileiras e indígenas no currículo escolar. No entanto, a ausência desse tema na maioria dos PGEs analisados revela um distanciamento entre as diretrizes normativas e a prática educacional.

Por fim, a flexibilização do Ensino Médio ainda é um tema controverso, pois sua implementação modificou profundamente a organização do ensino, sem que houvesse uma preparação adequada dos professores para lidar com as mudanças curriculares. O aumento da carga horária e a criação de novos itinerários formativos trouxeram desafios significativos, especialmente pela falta de formação específica para os docentes. Sem um planejamento adequado, a flexibilização pode gerar desigualdades no acesso a um ensino de qualidade, beneficiando apenas escolas que possuem estrutura para oferecer itinerários diversificados (Arroyo, 2017).

6.3 Contextualização dos espaços escolares

Segundo Vygotsky (2007), o contexto sociocultural exerce uma influência crucial nos processos de aprendizagem, pois o conhecimento é construído de forma conjunta e contextualizada com as experiências sociais e culturais. Nesse sentido, a interação entre a escola e a comunidade não apenas facilita o processo educativo, mas também fortalece os valores e a identidade cultural local, ao reconhecer e integrar as vivências e saberes da população no ambiente escolar. O Quadro 17 apresenta um levantamento das ações realizadas para promover essa interação, evidenciando iniciativas que buscam estreitar os laços entre a escola, as famílias e a sociedade.

Quadro 17 - Contextualização de ações realizadas para inserção da escola com o meio em que está inserida.

Nome da escola	Contextualização
(PGE1)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE2)	Dia da Família na Escola, Semana Farroupilha, promover campeonatos de futsal e vôlei entre escolas da região.
(PGE3)	Liga Sustentável, Programa Saúde na Escola, Dia da Família na Escola.
(PGE4)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE5)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE6)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE7)	Parceria com Universidades para expor os cursos, visita guiada a UFSC e UDESC; integrantes da SED a fim de explicar sobre programa Universidade Gratuita do Governo de Santa Catarina, palestras, seminários e debates sobre a importância da preservação de nossas riquezas naturais, passeios e trilhas pelo nosso município a fim de vislumbrar as riquezas naturais, visita ao aterro sanitário;
(PGE8)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE9)	Inserção da cultura popular local para o ambiente escolar através de atividades propostas pelos docentes.
(PGE 10)	Festa da Família e retomou a Festa Junina aberta ao público.
(PGE11)	Dia da Família e Festa Junina.
J (PGE12)	Festa Junina, Festa da Família, curso Técnico de Administração à Comunidade Escolar.
(PGE13)	Participar das ações do município: Desfile Cívico, Oktobertanz.

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

A elaboração do plano gestor sempre requer direcionamentos para que a escola seja contemplada na sua totalidade e frente a essa realidade no que permeia as ações que serão desenvolvidas no período de 2024-2027. O que se destacou foi que dos 13 planos de gestão analisados, somente três não contemplaram esse item,

seguido de 10 que citaram diferentes ações para ampliar as relações da escola/família. Essas ações incluem festas da família, resgates culturais e a abertura de festas juninas para a comunidade, evidenciando um esforço de aproximação com a realidade sociocultural local. A importância desse tipo de ação é enfatizada por Vygotsky (2007), que destaca o papel crucial da interação social na aprendizagem e no fortalecimento da identidade coletiva, processo que é intensificado quando as vivências culturais da comunidade são integradas ao ambiente escolar.

Entre outros projetos citados se destacou o incentivo para os alunos realizarem trilhas ecológicas na região da 18ª Regional, para conhecer o ambiente que estão inseridos, e a visita ao aterro sanitário, visando assim ampliar os programas de reciclagem do lixo e a redução de detritos a serem encaminhados para lá. Além de programas de saúde, horta e alimentação saudável em parceria, os jogos escolares entre os alunos para ampliar a socialização e os desfiles cívicos como 7 de Setembro para comemorar a Independência do Brasil.

6.4 Práticas pedagógicas inovadora

A implementação de práticas pedagógicas inovadoras no Ensino Médio é um fator essencial para a qualificação do processo de ensino-aprendizagem, promovendo maior engajamento e melhor desempenho dos estudantes. De acordo com Perrenoud (2000), práticas pedagógicas que incentivam a participação ativa dos alunos e que se alinham com suas realidades e interesses são fundamentais para o desenvolvimento de competências significativas. Esse enfoque permite que os alunos se tornem protagonistas de seu processo de aprendizagem, o que é um dos principais objetivos da educação contemporânea. O Quadro 18 apresenta um levantamento das práticas pedagógicas inovadoras citadas nos planos de gestão das escolas analisadas

Quadro 18 - Inserção de práticas pedagógicas inovadoras no currículo do Ensino Médio, citados nos planos de gestão

Nome da escola	Práticas Pedagógicas Inovadoras
(PGE1)	Metodologias ativas.
(PGE2)	Não contemplou esse item no plano de gestão.

(PGE3)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE4)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE5)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE6)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE7)	Sala do projeto de matemática PIBID.
(PGE8)	Aulas de reforço nos componentes Matemática e Ciências da Natureza, ofertadas aos alunos cujo diagnóstico no conselho de classe não tenha sido satisfatório, sendo ministradas pelos professores orientadores de laboratório
(PGE9)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE 10)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE11)	Ferramentas tecnológicas como um recurso pedagógico.
(PGE12)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE13)	Não contemplou esse item no plano de gestão.

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

Já ao fazer uma análise mais detalhada em relação às práticas pedagógicas inovadoras, os planos de gestão ficaram muito aquém do que se é esperado pois, de 13 planos de gestão somente um detalhou com maior ênfase esse item, e outros três apresentaram apenas uma prática, com destaque ao uso das metodologias ativas, o uso de tecnologias e sala de projeto de matemática, sendo eles citado de maneira individual por um plano de gestão, com as outras não contemplando esse item.

Sendo assim, como é possível entender a concepção de prática pedagógica inovadora para o novo Ensino Médio, quando o plano gestor não apresenta nenhum dado ou sugestão de como a escola vai seguir as reformulações curriculares determinadas por lei, se não tem um direcionamento ou uma compreensão da realidade e do meio em que a escola está inserida?

Na concepção de Ferretti (1980, p. 56), inovar significa “[...] introduzir mudanças num objeto de forma planejada visando produzir melhoria no mesmo”. Associa-se, assim, a inovação à ideia de melhoria, de aperfeiçoamento em relação a algo que já se fazia, seja acrescentando ou modificando algo. Porém, tal como em

relação ao novo, deve-se ter o cuidado de não se entender que a melhoria por si só, ou a simples modificação de algo, representa uma inovação, necessitando assim de ações concretas, articuladas com a teoria e prática para atender aos direcionamentos legais do novo Ensino Médio.

Diante do exposto, inovar nos espaços educacionais é propor ações que gerem transformação e renovação. Uma prática pedagógica inovadora, para ser caracterizada como tal, requer mais que a introdução de novos elementos, sejam tecnológicos, metodológicos ou didáticos; requer mudança de concepção e de atitude, ou seja, novas formas de pensar, fazer e ser docente.

6.5 Projetos interdisciplinares

A interdisciplinaridade desempenha um papel fundamental na educação contemporânea, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada para os estudantes. De acordo com Perrenoud (2000), a articulação entre diferentes áreas do conhecimento favorece o desenvolvimento de competências essenciais para a formação dos alunos, como a capacidade de análise crítica, a resolução de problemas complexos e a colaboração em equipe. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância dos projetos interdisciplinares como estratégia pedagógica para conectar saberes e tornar o ensino mais dinâmico e próximo da realidade dos estudantes (Brasil, 2018). Esses projetos possibilitam a integração entre disciplinas e contribuem para a construção do conhecimento de forma mais holística e aplicada.

O Quadro 19 apresenta um levantamento dos projetos interdisciplinares sugeridos para implantação na gestão 2024-2027, destacando ações que integram diferentes áreas do conhecimento e incentivam o protagonismo estudantil. Entre as iniciativas citadas, destacam-se

Quadro 19 - Projetos interdisciplinares sugeridos para implantação na gestão 2024-2027

Nome da escola	Projetos interdisciplinares
(PGE1)	Gincanas, Feiras Culturais, Recreativas e Esportivas, saídas de estudo, visita a feiras e Universidades, participação em eventos culturais, parcerias com instituições de nível

	superior visando o amadurecimento dos estudantes sobre seu futuro profissional, projetos voltados à horta escolar e aos hábitos alimentares saudáveis, instalação da web rádio escolar.
(PGE2)	Feira Multicultural, Festa Junina, Dia do Estudante, Cultura Afro-brasileira e Indígena, Meio ambiente, campeonatos de Futsal e Vôlei na escola
(PGE3)	"Simulado do Ensino Médio, Liga Sustentável", desenvolvido em parceria com o CDL municipal, meio ambiente, saúde na escola em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.
(PGE4)	Eventos como Show de Talentos, Teatros, Gincanas, Desfiles e Jogos Escolares, contação de histórias, dramatizações e musicalização
(PGE5)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE6)	Redação para o ENEM, saídas de estudos para UFSC, UDESC e SENAI, PIBID de matemática, Show de Talentos, Feira Multicultural e de ciências, projeto de "Halloween" e "Dia de Los Muertos", Semana da Consciência Negra, Olimpíada OBMEP
(PGE7)	o projeto pintando a escola, promovida pela professora de artes, projeto de prevenção ao bullying na escola, divulgação de fake News, combate à violência, drogas em parceria com o grupo docente.
(PGE8)	Construir jardim em diversos espaços da escola (Trilhas), horta escolar, composteira utilizando o resto de alimentos e cascas da merenda escolar, palestras, alimentação saudável, cuidado com os espaços
(PGE9)	Jovens Cooperativistas Catarinenses, saídas de campo planejadas, retomar o projeto Inter salas (esporte) e gincanas culturais, promover um estreitamento entre Escola e Universidades por meio de visitas técnicas
(PGE 10)	Projeto alimentação saudável, horta escolar; meio ambiente, desenvolvidos dentro das Trilhas Eletivas; saídas de estudos como visita à Câmara de Vereadores do Município e Academia Santamarense de Letras, saída para a ALESC, Unisul, SEPEX-UFSC. Destaca-se ainda a Gincana Cultural, Esportiva e Solidária; jogos interclasses; Halloween, Dia do Saci e Dia de Los Muertos, Semana da Consciência Negra, PSE – Preservação e Saúde na Escola e CAPS, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação do município, projetos esportivos e fanfarra, Setembro Amarelo, em parceria com CAPS, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação do município, projetos esportivos e fanfarra.
(PGE11)	Feiras de Culturais, de Ciência e Tecnologia.
(PGE12)	Feira de Ciências, Gincanas.

(PGE13)	Show de Talentos, Noite Artístico Cultural, interclasses.
---------	---

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

A interdisciplinaridade é um dos pilares do ensino contemporâneo, promovendo uma aprendizagem mais significativa ao conectar diferentes áreas do conhecimento. Perrenoud (2000) argumenta que o ensino deve ser voltado para o desenvolvimento de competências que permitam aos alunos atuarem de maneira reflexiva e autônoma na sociedade. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a necessidade de metodologias que estimulem o pensamento crítico, a resolução de problemas e o protagonismo estudantil (Brasil, 2018). Quanto ao item referente a projetos interdisciplinares todos os planos de gestão trouxeram sugestões para serem realizados no período de 2024-2027, principalmente em relação a saídas de campo contemplando o processo ensino aprendizagem, eventos esportivos para uma maior socialização entre todos os alunos, festa da família para ampliar a relação escola/família, atividades voltadas para a preparação do vestibular e ENEM, gincanas, uso das ferramentas tecnológicas e ações de preservação ao meio ambiente e redução do lixo.

Ainda se destacaram por citar as festas culturais da região, contação de histórias e visitas a Universidades. Segundo Vygotsky (2007), a interação com o ambiente e a troca de experiências são fundamentais para o processo de aprendizado. Os projetos interdisciplinares apresentados nos planos de gestão têm o potencial de impactar positivamente o aprendizado e a formação dos alunos. Bichara (2020) enfatiza que a interdisciplinaridade, quando relacionada a contextos reais e significativos para os alunos, favorece o engajamento e a participação ativa, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa. Além disso, o fato de os projetos envolverem diferentes atores – professores, alunos, famílias e comunidades – demonstra um esforço coletivo para tornar a escola um ambiente mais integrado e significativo.

6.6 Modelo de gestão

A forma como a gestão escolar é estruturada tem um impacto direto na qualidade do ensino, na participação da comunidade escolar e na consolidação de

uma educação democrática. De acordo com Perrenoud (2000), a escola deve ser um espaço de formação para a cidadania, onde a gestão participativa possibilita maior engajamento dos professores, alunos e famílias no processo educacional. O Quadro 20 apresenta um levantamento dos modelos de gestão citados nos planos de gestão das escolas analisadas, evidenciando a predominância da gestão democrática nas unidades que contemplam esse aspecto.

Quadro 20 - Modelo de gestão citado nos planos de gestão

Nome da escola	Gestão
(PGE1)	Gestão democrática
(PGE2)	Gestão democrática
(PGE3)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE4)	Gestão democrática
(PGE5)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE6)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE7)	Gestão democrática
(PGE8)	Gestão democrática
(PGE9)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE 10)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE11)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE12)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE13)	Gestão democrática.

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

Segundo a BNCC, o desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes passa também pela forma como a escola organiza seu funcionamento e suas relações interpessoais (Brasil, 2018). No que tange ao modelo de gestão

apresentado nos planos, seis deles citaram a gestão democrática que atualmente compõe o modelo do Estado de Santa Catarina e as outras mesmo não citando nada, seguem o modelo estadual o que implica na adoção de princípios democráticos na administração escolar.

Os planos de gestão que adotaram a gestão democrática mencionaram a realização de reuniões frequentes com professores, pais e estudantes para a tomada de decisões coletivas, a implementação de conselhos escolares, compostos por docentes, estudantes e responsáveis. Algumas unidades destacaram a importância da formação continuada dos professores, promovendo capacitações e parcerias com universidades. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), a qualificação docente é essencial para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para garantir a equidade na aprendizagem.

Além disso, a adoção desse modelo de gestão está alinhada às concepções de Vygotsky (2007), que destaca a importância das interações sociais no processo de ensino-aprendizagem. Quando a escola promove um ambiente dialógico e participativo, os estudantes têm mais oportunidades de desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais.

6.7 Metodologia

A escolha da metodologia de ensino é um dos pilares fundamentais para a construção de práticas pedagógicas que promovam aprendizagens significativas. Segundo Vygotsky (2007), a aprendizagem ocorre por meio da interação social, sendo essencial que as metodologias adotadas na escola valorizem a participação ativa dos estudantes e a construção do conhecimento de forma colaborativa. O Quadro 21 apresenta um levantamento das abordagens metodológicas citadas nos planos de gestão das escolas analisadas, evidenciando a predominância das concepções socio-interacionistas e histórico-culturais, com destaque para as contribuições de Vygotsky.

Quadro 21 - Metodologia citado nos planos de gestão

Nome da escola	Gestão
(PGE1)	Materialismo histórico-dialético

(PGE2)	Sociointeracionista.
(PGE3)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE4)	Sócio Interacionista de Vygotsky.
(PGE5)	Teoria sociointeracionista.
(PGE6)	Teoria sociointeracionista.
(PGE7)	Histórico-cultural das ideias de Vygotsky,
(PGE8)	Teoria sociointeracionista.
(PGE9)	Teoria sociocultural de Vygotsky
(PGE 10)	Teoria sociointeracionista.
(PGE11)	Não contemplou esse item no plano de gestão.
(PGE12)	Materialismo Histórico-Dialético, fundamentado pelo pressuposto metodológico Sociointeracionista ou Histórico-Cultural de Vygotsky
(PGE13)	Não contemplou esse item

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

Entre os planos de gestão analisados, observou-se que dois planos de gestão (PGE1 e PGE12) mencionaram Materialismo histórico-dialético, abordagem esta que se fundamenta nas ideias de Karl Marx e Engels, destacando a importância da análise das relações de produção e das contradições sociais como base para entender o processo de aprendizagem e a dinâmica da sociedade.

O modelo sociointeracionista, que tem como base as ideias de Vygotsky, foi mencionado em sete planos de gestão (PGE2, PGE4, PGE5, PGE6, PGE8, PGE9, PGE10). Essa abordagem enfatiza a importância da interação social e da mediação para o desenvolvimento cognitivo, reconhecendo o papel do professor como facilitador no processo de aprendizagem.

Vygotsky é o autor mais citado entre os planos que seguiram a abordagem sociointeracionista, como em PGE4, PGE7 e PGE9, com destaque para a teoria histórico-cultural que considera o contexto social e cultural como determinante no

desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Vygotsky (2007) argumenta que o conhecimento é construído de forma colaborativa, a partir da interação com os outros e com os instrumentos culturais disponíveis.

Os planos de gestão analisados demonstram uma clara adesão a modelos pedagógicos que colocam a interação social e o contexto cultural no centro do processo de aprendizagem. A forte presença da teoria sociointeracionista e histórico-cultural nos planos de gestão reflete um movimento crescente em direção a práticas pedagógicas que buscam humanizar e contextualizar a educação, alinhando-se às abordagens contemporâneas de ensino que priorizam o desenvolvimento integral do aluno.

A análise realizada evidencia que a reforma do Ensino Médio, conforme estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela Resolução CEE/SC nº 004/2020, trouxe desafios significativos para as escolas estaduais de Santa Catarina, particularmente no que diz respeito à flexibilização curricular e à integração de práticas pedagógicas inovadoras. Apesar dos esforços das instituições de ensino para atender às novas diretrizes, a ausência de registros explícitos sobre práticas interdisciplinares e metodologias ativas nos PGEs sugere a necessidade de maior articulação entre gestores, docentes e comunidade escolar para a efetiva implementação da reforma.

Além disso, a Meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que prevê a gestão democrática da educação, é mencionada em alguns PGEs analisados, mas ainda carece de ações concretas para fortalecer a participação da comunidade no processo educativo. A implementação de estratégias mais detalhadas para a gestão democrática e para a promoção da equidade educacional pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade do Ensino Médio na região.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a educação pública pude perceber que esta representa um desafio significativo, especialmente diante dos processos que temos vivenciado ao longo da minha trajetória profissional. O interesse por esse tema está diretamente ligado à relevância da educação pública na minha trajetória pessoal e profissional. Como educadora e aluna da educação pública, tenho uma forte conexão com as políticas educacionais. Ao longo da minha jornada acadêmica e profissional pude perceber as experiências e as interações dessas políticas, que impactaram os rumos do processo educacional.

A indagação principal desta pesquisa foi compreender como o currículo do Ensino Médio é abordado nos Planos de Gestão Escolar (PGEs) das escolas estaduais de Santa Catarina, sob a responsabilidade da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis, na vigência de 2024-2027, considerando as mudanças promovidas pela reforma do Ensino Médio. Neste sentido, a pesquisa obteve respostas concretas a esta indagação.

Quanto à seleção e às análises dos documentos foram desenvolvidas tendo em vista as características da pesquisa qualitativa e a abordagem metodológica da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2015)

Desta maneira, ao analisar os PGEs pudemos compreender como o currículo do Ensino Médio é abordado nos Planos de Gestão Escolar das escolas estaduais de Santa Catarina, sob a responsabilidade da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis no período de 2024-2027. A maioria das escolas estaduais da região está alinhada às diretrizes normativas estabelecidas para o Ensino Médio. Os principais resultados são: Alinhamento com Documentos Normativos: A maioria dos planos mencionam explicitamente o alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense; Divergências na Referência a Documentos Legais foram encontrados apenas no PGE (PGE7), que fez menção à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), enquanto a maioria destacou a BNCC e o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense. Apesar do alinhamento às diretrizes educacionais, há pouca especificidade nos PGEs sobre a integração curricular e a interdisciplinaridade, elementos essenciais

para a inovação pedagógica. Ausência de Referenciais Normativos em dois PGEs que não contemplaram referências normativas explícitas sobre os conteúdos do Ensino Médio, indicando uma necessidade de maior articulação entre as diretrizes educacionais e os planos de gestão.

Quanto ao alinhamento do PGEs com Diretrizes Nacionais e Estaduais, a maioria dos PGEs analisados demonstra alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, conforme estabelecido pela Resolução CEE/SC nº 004/2020 CEE SC.

Quanto às adaptações e modificações no currículo do Ensino Médio incorporadas nos Planos de Gestão Escolar das escolas estaduais de Santa Catarina para o período de 2024-2027 em relação à Flexibilização Curricular, observou-se que algumas escolas incorporaram iniciativas de flexibilização curricular, incluindo disciplinas como Educação Sustentável, Educação Ambiental e Educação para as Relações Étnico-Raciais. No entanto, uma parcela considerável dos PGEs não contemplou esse aspecto, indicando desafios na implementação plena da reforma. Alguns planos destacaram a inclusão de temáticas relacionadas à educação quilombola e étnico-racial, alinhando-se aos novos direcionamentos da educação nacional que visa combater preconceitos e promover a equidade.

Observou-se que dos 13 PGEs analisados nove não mencionaram iniciativas relacionadas à flexibilização curricular. Apenas uma escola incluiu a musicalização como atividade complementar, enquanto três instituições incorporaram novas abordagens curriculares, como educação inclusiva, quilombola e étnico-racial. Essas iniciativas estão alinhadas às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza itinerários formativos diversificados e integrados às especificidades locais e regionais.

No que tange a ações para fortalecer a interação entre a escola e a comunidade percebe-se que 10 das 13 PGEs destacaram ações neste sentido, incluindo eventos como "Dia da Família na Escola", "Semana Farroupilha", campeonatos esportivos, projetos.

Este estudo evidencia uma lacuna significativa na adaptação das escolas às diretrizes do Novo Ensino Médio, especialmente no que tange à flexibilização curricular. A ausência de registros sobre esse aspecto na maioria dos PGEs sugere a necessidade de uma revisão e atualização dos planos de gestão para atender às

exigências legais e pedagógicas atuais. Além disso, destaca-se a importância de iniciativas que promovam a interação escola-comunidade, reconhecendo o papel crucial do contexto sociocultural nos processos de aprendizagem.

Dos 13 PGEs analisados, apenas quatro mencionaram iniciativas relacionadas a práticas pedagógicas inovadoras. Destas, destacam-se Metodologias Ativas, Uso de Ferramentas Tecnológicas e Sala de Projeto de Matemática (PIBID). A maioria dos PGEs não apresentou um planejamento detalhado ou estratégias claras para a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, evidenciando uma lacuna significativa na adaptação às novas diretrizes curriculares do Ensino Médio.

Nos Planos de Gestão Escolar (PGE) das escolas observa-se uma predominância da gestão democrática. Seis das escolas analisadas mencionaram explicitamente a adoção desse modelo em seus planos, enquanto as demais, embora não o mencionando diretamente, seguem as diretrizes estaduais que incorporam princípios democráticos na administração escolar.

Os PGEs que adotaram a gestão democrática destacam a realização de reuniões frequentes com professores, pais e estudantes para a tomada de decisões coletivas, a implementação de conselhos escolares compostos por docentes, estudantes e responsáveis, além da ênfase na formação continuada dos professores, promovendo capacitações e parcerias com universidades.

Nos Planos de Gestão Escolar (PGE) observa-se uma predominância das abordagens metodológicas sociointeracionistas e histórico-culturais, com destaque para as contribuições de Vygotsky. Entre os planos de gestão analisados, dois mencionaram o Materialismo Histórico-Dialético, fundamentado nas ideias de Karl Marx e Engels, destacando a importância da análise das relações de produção e das contradições sociais como base para entender o processo de aprendizagem e a dinâmica da sociedade. Sete planos de gestão adotaram a abordagem sociointeracionista, baseada nas ideias de Vygotsky, enfatizando a importância da interação social e da mediação para o desenvolvimento cognitivo, reconhecendo o papel do professor como facilitador no processo de aprendizagem.

Os planos de gestão analisados demonstram uma clara adesão a modelos pedagógicos que colocam a interação social e o contexto cultural no centro do processo de aprendizagem. A forte presença da teoria sociointeracionista e histórico-

cultural nos planos de gestão reflete um movimento crescente em direção a práticas pedagógicas que buscam humanizar e contextualizar a educação, alinhando-se às abordagens contemporâneas de ensino que priorizam o desenvolvimento integral dos alunos

Assim sendo, a pesquisa ofereceu uma contribuição mostrando uma visão abrangente sobre a implementação da reforma do Ensino Médio nas escolas Estaduais de Santa Catarina da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis, evidenciando avanços e áreas que necessitam de maior atenção. A análise destaca a importância de uma formação continuada para os educadores, visando capacitá-los para as novas demandas curriculares e metodológicas. Em suma, a reforma do Ensino Médio em Santa Catarina apresenta avanços significativos, porém os desafios persistem, especialmente no que tange à flexibilização curricular e à formação docente.

Também evidencia a necessidade urgente de capacitação e orientação para as equipes gestoras e docentes das escolas estaduais de Santa Catarina, visando a efetiva implementação de práticas pedagógicas inovadoras que atendam às exigências da reforma do Ensino Médio. Estudos contínuos e aprofundados são essenciais para garantir uma implementação eficaz e equânime das diretrizes educacionais. A efetiva implementação das diretrizes do Novo Ensino Médio requer um esforço conjunto de gestores, educadores e comunidade, visando a construção de uma educação mais inclusiva, contextualizada e alinhada às realidades dos estudantes.

A identificação das limitações nos PGEs pode servir como ponto de partida para o desenvolvimento de políticas públicas e programas de formação continuada que auxiliem as escolas na transição para modelos educacionais mais dinâmicos e centrados nos estudantes. Nos principais resultados da pesquisa destacam-se a predominância das abordagens metodológicas sociointeracionistas e histórico-culturais nos PGEs, o reconhecimento do papel do professor como facilitador no processo de aprendizagem.

Para continuidade da pesquisa fica como sugestão estudos futuros que possam explorar como a formação continuada dos professores está sendo conduzida para atender às exigências do novo currículo e quais são os principais desafios enfrentados.

1. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, Vozes 2000.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015

BICHARA, A. *Como projetos interdisciplinares podem impactar positivamente a aprendizagem?* BEÍ Educação, 2020. Disponível em: beieducacao.com.br

BORIN, A. **A Gestão Escolar na Proposta Curricular de Santa Catarina: intencionalidades e tensionamentos**. 2017. p.135. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação –PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007 [...]. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 4 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 4 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: https://prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/resolucao_cneceb_no_4_de_13_de_julho_de_2010.pdf. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de

Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em direitos humanos: diretrizes nacionais**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

CARVALHO, Rosita Edler. **A educação inclusiva: construindo um novo olhar sobre a escola e os alunos**. Local:São Paulo Editora **Summus Editorial**, 2007.

DUWE, R. **O liberalismo conservador das elites catarinenses e a ditadura civil-militar: breves apontamentos sobre um possível diálogo**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-18. Disponível em: Disponível em: <https://bit.ly/31kAYze>. Acesso em: 4 out. 2018. [Links]

FERRETTI, Celso João. A inovação na perspectiva pedagógica. In: GARCIA, Walter E. (org.). **Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LOPES, Alice Casimiro. **Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis**. Retratos da Escola, Brasília

LÜCK, H. **A gestão educacional e a aprendizagem organizacional na escola**. Petrópolis: Vozes. 2009. .

LÜCK, H. **Gestão escolar e qualidade do ensino**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002

MUNANGA, Sérgio Cardoso. **A educação e o racismo estrutural: questões de identidade e currículo escolar**. Local: Petrópolis: Editora :**Vozes**, 2003.

NUERNBERG, Pedro Ivo Burato. III Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (1985-1988). 2014.

PACHECO, A. **Democracia e participação nas escolas: desafios da gestão escolar contemporânea**. Local: São Paulo: Editora:**Cortez**, 2018..

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Cortez, 2015.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências**. Porto Alegre: Artemed, 2000.

PIMENTA, S. G. **Pedagogia e ensino: novos olhares e práticas**. São Paulo: Editora Cortês, 2019.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar n. 170, de 07 de agosto de 1998**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de orientações para a implementação do novo ensino médio**. Florianópolis: Editora Secco, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo base do ensino médio do território catarinense**: caderno 1 – disposições gerais. Florianópolis: Secretaria do Estado de Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2069-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-caderno-1/file>. Acesso em: 26 fev. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis, 2024a. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Gestão escolar**. Florianópolis, 2024b. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/gestao-escolar/> Acesso em: 1 out. 10 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis: SED, 2014.

SANTOS, M. **Gestão educacional e políticas públicas**: um estudo das transformações na educação brasileira. Campinas, SP : Mercado de Letras, 2015.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas : Autêntica Editora. 2019.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. Qualitas Revista Eletrônica, Campina Grande, v.17, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2015.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

2. ANEXO A - MODELO DE PLANO DE GESTÃO ESCOLAR



Segue o modelo de **Plano de Gestão Escolar** a ser observado para a construção de suas proposições iniciais.

Observações:

1 - Este documento é um esboço de como estará disponível no *Sistema Webgesc* o PGE do proponente para ser incluído no momento da inscrição. Lembrando que os indicadores obrigatórios a serem observados pelo proponente são:

- Desempenho Escolar;
- Taxa de aprovação; e
- Nota média do SAEB.

2 - Todo texto ligado ao PGE que inicia a partir da “introdução” será inserido manualmente. Portanto, não há necessidade de realizar o download deste documento. É apenas um modelo para o proponente construir suas ideias e propostas a serem desenvolvidas no seu PGE.

Atenciosamente,

Comissão Estadual de Gestão Escolar